



ACADEMIA MILITAR

Cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e outras Forças e Serviços de Segurança no combate à criminalidade

Autor: Miguel Filipe Antunes Maurício da Costa

Orientador: Professor Doutor Luís Miguel Catita Maurício da Costa
Coorientador: Coronel Francisco Martins Rodrigues

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, Julho de 2013



ACADEMIA MILITAR

Cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e outras Forças e Serviços de Segurança no combate à criminalidade

Autor: Miguel Filipe Antunes Maurício da Costa

Orientador: Professor Doutor Luís Miguel Catita Maurício da Costa
Coorientador: Coronel Francisco Martins Rodrigues

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, Julho de 2013

Dedicatória

À minha avó Margarida.

Agradecimentos

O tempo foi um recurso escasso na realização deste trabalho, portanto o contributo de várias pessoas e entidades, às quais agradeço a disponibilidade, mesmo com o prejuízo da sua atividade profissional, a realização do mesmo não teria sido possível sem a sua contribuição. Às pessoas que direta ou indiretamente estiveram na génese deste trabalho, quero deixar o meu mais profundo apreço e agradecimento:

Ao meu orientador, Professor Luís Miguel Catita, pela constante disponibilidade demonstrada, pelo encaminhamento da investigação, apesar da enorme carga de trabalho, e pelos conselhos construtivos;

Ao meu coorientador, Coronel Francisco Rodrigues, pelo incentivo e apoio ao desenvolvimento deste tema e pela camaradagem demonstrada, pelos contatos que estabeleceu em meu nome e pela disponibilidade sempre que precisei do seu auxílio;

Às entidades entrevistadas, que muito contribuíram para esta investigação, e pelo tempo despendido durante a realização das entrevistas;

Aos meus pais e irmã, por todo o seu apoio e paciência ao longo destes 5 anos, sempre acompanhando ao longo deste processo de formação;

À minha namorada, Cláudia Rita, por ser a minha fonte de ânimo e pelos inúmeros momentos em que estive ausente devido a este percurso militar e académico;

Aos meus amigos, que sempre me proporcionaram bons momentos de amizade, mesmo quando eu passei 5 anos numa rotina de fins-de-semana e com quem partilhei e conferenciei sobre esta difícil caminhada na Academia Militar;

Por fim, estender os meus agradecimentos ao XVIII curso, ao qual tenho o privilégio de pertencer e do qual sempre recebi a maior camaradagem e amizade.

A todos, o meu sincero obrigado.

Resumo

Na conjuntura atual a criminalidade deixou de ser previsível e orientada para certos fenómenos criminais, a imprevisibilidade destas ameaças à segurança interna aliada, à permeabilidade das fronteiras nacionais, à sofisticação e capacidade de organização dos grupos e agentes criminosos, permitem uma livre circulação dos agentes e grupos criminosos que operam em território nacional. Todos estes fatores tornam a cooperação entre a GNR e o SIS, importante no combate à criminalidade. Apesar de as competências e atividades do SIS e da GNR serem diferentes, os seus objetivos são complementares ou semelhantes. A potenciação desta cooperação vai depender do interesse e capacidade de cada instituição, pois cada instituição deve fomentar uma cultura de partilha de Informações.

A presente investigação iniciou-se com uma introdução ao trabalho desenvolvido, seguido de um enquadramento teórico, através da pesquisa bibliográfica efetuada com incidência em obras e trabalhos alusivos ao tema em análise. A investigação de campo teve por base a recolha de dados, através da aplicação de entrevistas. De seguida foi realizada a análise e discussão dos resultados obtidos com as entrevistas, o que permitiu verificar ou refutar as hipóteses estabelecidas no início do trabalho, e responder às perguntas de partida e perguntas derivadas. Através das conclusões foi possível extrair algumas reflexões acerca da cooperação entre a GNR e o SIS.

Conclui-se que a cooperação entre a GNR e o SIS desenvolve-se atualmente de uma forma eficaz, muito fruto do esforço que é feito por estas instituições em reforçar as ligações entre si. O papel do SGSSI como pedra angular na coordenação e cooperação entre as FFSS e o SIRP, a criação e implementação da PIIC, que vai facilitar a partilha de informação entre forças de segurança e a criação das equipas mistas de investigação, mostram o empenho que as FFSS têm em cooperar entre si. Os órgãos, institucionalizados, como o GCS e a UCAT, possibilitam a intervenção dos vários responsáveis das FFSS, e possibilitam a criação de relações informais.

Apesar dos órgãos institucionalizados de cooperação funcionarem eficazmente, as ligações informais estabelecidas entre os membros das FFSS, são as ligações mais importantes e potenciam a cooperação e partilha de Informações.

Palavras-chave: Informações; GNR; SIS; Cooperação

Abstract

Nowadays criminality stopped being predictable and oriented to certain criminal phenomena, the unpredictability of this threats plus the lack of borders control, the better organization of criminals and criminal groups allows them to freely operate inside Portugal's borders. All of these factors make the cooperation between GNR and SIS an important tool in the fight against criminality.

The current investigation started with an introduction to the current thesis, followed by a bibliographic review focused on works and articles that had to do with the thesis subject. The field work focused on interviews. After the interviews were made, they were analysed and treated so they could answer to the thesis main question and secondary questions, and to prove the formulated hypotheses. With the conclusions it was able to extract certain reflections about the cooperation between GNR and SIS.

The cooperation between GNR and SIS currently develops in an effective way, as a result of the efforts made by these institutions concerning the bonding of affiliations between them. The role of the SGSSI has a link that promotes coordination and cooperation between the FFSS and SIRP, the creation and implementation of the PIIC, that will favour the intelligence sharing between security forces and the creation of investigation task forces show the effort that the FFSS do to promote cooperation. The cooperation's structures, like GCS and UCAT that enable the intervention of the various members responsible for each FFSS, are also the enhancers for the creation of informal relations between their members. Despite the cooperation in the GCS and UCAT function effectively, the most effective relations are the ones established informally, and are the ones that reinforce cooperation and Intelligence sharing.

Keywords: Intelligence; GNR; SIS; Cooperation

Índice

Resumo	iii
Abstract.....	Erro! Marcador não definido.
Epígrafe	xii
Capítulo 1	1
Introdução	1
1.1. Introdução	1
1.2. Enquadramento do tema	1
1.3. Delimitação do tema	2
1.4. Justificação do tema	3
1.5. Pergunta de Partida e Perguntas derivadas	3
1.6. Hipóteses.....	3
1.7. Objetivo da Investigação	4
1.8. Metodologia utilizada	4
1.9. Estrutura do trabalho e síntese dos capítulos	5
Capítulo 2	7
Enquadramento Teórico	7
2.1. Segurança Interna	7
2.2. Sistema Integrado de Segurança Interna.....	8
2.3. O Sistema de Segurança Interna	9
2.4 - Composição do Sistema de Segurança Interna.....	10
2.4.1. Conselho Superior de Segurança Interna.....	10
2.4.2. Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.....	10
2.4.3. Gabinete Coordenador de Segurança.....	11
2.4.4. Unidade de Coordenação Antiterrorismo	12
2.5. Forças e Serviços de Segurança.....	13
2.5.1. Guarda Nacional Republicana	13
2.5.2. Polícia de Segurança Pública	13
2.5.3. Polícia Judiciária.....	14
2.6. Riscos e Ameaças à Segurança Interna.....	15

2.6.1. Terrorismo	15
2.6.2. Criminalidade Organizada	16
2.7. As Informações em Portugal.....	18
2.7.1. Sistema de Informações da República Portuguesa	18
2.7.2. Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa.....	19
2.7.3. Serviço de Informações Estratégicas de Defesa	19
2.7.4. Serviço de Informações de Segurança	20
2.7.5. Departamentos comuns.....	21
2.7.5. As Lacunas do Serviço de Informações de Segurança	22
2.8. GNR e as Informações	23
Capítulo 3	25
Trabalho de Campo – Metodologia e procedimentos.....	25
3.1 - Introdução.....	25
3.2 - Metodologia.....	26
3.3 - Procedimentos	26
3.4 - Entrevistas	26
3.3 - Caracterização da amostra.....	27
Capítulo 4	Erro! Marcador não definido.
Trabalho de Campo – Apresentação, análise e discussão de resultados	Erro! Marcador não definido.
4.1. Introdução	Erro! Marcador não definido.
4.2. Análise das entrevistas.....	Erro! Marcador não definido.
4.2.1. Análise à questão nº1	Erro! Marcador não definido.
4.2.2. Análise à questão nº2	Erro! Marcador não definido.
4.2.3. Análise à questão nº3	Erro! Marcador não definido.
4.2.4. Análise à questão nº4	Erro! Marcador não definido.
4.2.5. Análise à questão nº5	Erro! Marcador não definido.
Capítulo 5	Erro! Marcador não definido.
Conclusões e Recomendações	Erro! Marcador não definido.
5.1. Introdução	Erro! Marcador não definido.
5.2. Verificação das Hipóteses formuladas.....	Erro! Marcador não definido.
5.3. Resposta às perguntas derivadas	Erro! Marcador não definido.
5.4. Reflexões Finais.....	Erro! Marcador não definido.
5.5. Recomendações	Erro! Marcador não definido.

5.6. Limitações da Investigação	Erro! Marcador não definido.
5.7. Investigações Futuras.....	Erro! Marcador não definido.
Referências Bibliográficas.....	48
Apêndices	52
Anexos.....	67

Índice de Quadros/ Tabelas

Quadro 1 - Caraterização da amostra	28
Quadro 2 - Análise à questão nº1	30
Quadro 3 - Análise à questão nº 2	32
Quadro 4 - Análise à questão nº 3	34
Quadro 5 - Análise à questão nº 4	36
Quadro 6 - Análise à questão nº 5	38

Lista de Apêndices e Anexos

Apêndice A - Carta de Apresentação	53
Apêndice B - Guião de Entrevista	54
Apêndice C - Entrevista ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna	55
Apêndice D - Entrevista ao Diretor de Informações da GNR	57
Apêndice E - Entrevista ao Diretor da Investigação Criminal da GNR	61
Apêndice F - Entrevista ao Chefe da SICCV	64
Anexo A - Organograma do Sistema de Segurança Interna. Erro! Marcador não definido.	
Anexo B - Competências de Coordenação do SGSSI	Erro! Marcador não definido.
Anexo C - Organograma da Guarda Nacional Republicana. Erro! Marcador não definido.	
Anexo D - Organograma da Polícia de Segurança Pública.. Erro! Marcador não definido.	
Anexo E - Organograma da Polícia Judiciária	Erro! Marcador não definido.
Anexo F - Organograma do SIRP	Erro! Marcador não definido.
Anexo G - Organograma da Direção de Informações (GNR)	Erro! Marcador não definido.

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AMN - Autoridade Marítima Nacional
CEDN - Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEMGFA - Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
CSI - Conselho Superior de Informações
DI - Direção de Informações
DIC - Direção de Investigação Criminal
EUROPOL - *European Police Office*
FA - Forças Armadas
FFSS - Forças e Serviços de Segurança
GCS - Gabinete Coordenador de Segurança
GIOE - Grupo de Intervenção e Operações Especiais
GNR - Guarda Nacional Republicana
IC - Investigação Criminal
INTERPOL - *International Criminal Police Organization*
LOIC - Lei Orgânica de Investigação Criminal
LSI - Lei de Segurança Interna
MAI - Ministério da Administração Interna
PIIC - Plataforma de Intercâmbio de Informação Criminal
PJ - Polícia Judiciária
PSP - Polícia de Segurança Pública
RASI - Relatório Anual de Segurança Interna
SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGSIRP - Secretário-Geral do Serviço de Informações da República Portuguesa
SGSSI - Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna
SIC-CV - Secção de Investigação Criminal - Crime Violento
SIED - Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa
SIIC - Sistema Integrado de Informação Criminal
SIOP - Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais

SIRENE - *Supplementary Information Required at the National Entries*

SIRP - Serviço de Informações da República Portuguesa

SIS - Serviço de Informações de Segurança

SSI - Sistema de Segurança Interna

UCAT - Unidade de Coordenação Antiterrorismo

ZA - Zona de Ação

Epígrafe

"A suprema arte da Guerra consiste em vencer o inimigo sem ter que enfrentá-lo"
Sun Tzu

Capítulo 1

Introdução

1.1. Introdução

No âmbito da estrutura dos cursos ministrados na Academia Militar, emerge o presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), intitulado " Cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e outras Forças e Serviços de Segurança no combate à criminalidade", tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança. O TIA é "obstáculo" final à formação dos Oficiais da Guarda Nacional Republicana, tendo como objetivo o desenvolvimento das capacidades de exploração, investigação e análise de questões, em contextos alargados e multidisciplinares. A elaboração do TIA deve visar temáticas de fundado interesse para a GNR, através da elaboração de um trabalho de conclusões objetivas, fazendo uso dos métodos e técnicas de investigação científica, adquiridos ao longo de 5 anos de formação.

O presente trabalho tem como objeto de estudo a cooperação entre a GNR e as outras Forças e Serviços de Segurança, principalmente, a cooperação entre a Guarda e o SIS, pretendendo-se estudar se esta cooperação é eficaz e trás vantagens para ambas as instituições e se funciona da melhor maneira.

No presente capítulo vai fazer-se o enquadramento, delimitação e justificação do tema. Posteriormente serão abordados: a pergunta de partida e perguntas derivadas; hipóteses; o objetivo da investigação; e a metodologia utilizada na realização do trabalho.

1.2. Enquadramento do tema

"O período de transição em que vivemos é caracterizado por um conjunto de ameaças e riscos imprevisíveis, de carácter multifacetado e transnacional (...)" (Miguel, 2009, p.114)

As novas ameaças (internas ou externas) tornam a cooperação entre as FFSS e os SI portugueses importantes para o cumprimento das suas missões de segurança.

Uma boa coordenação e cooperação depende da capacidade e interesse que cada instituição tem em fomentar uma cultura de partilha de Informações.

Sendo a missão da GNR e do SIS, diversa nas suas atividades e metodologias, mas com objetivos semelhantes ou complementares. É fundamental verificar os efeitos que a colaboração entre a GNR e o SIS pode ter sobre a eficácia da atividade operacional da GNR no combate à criminalidade.

Atualmente a segurança deixou de ser previsível, para ser atualmente orientada para diversos riscos e ameaças muitas vezes distintos na sua natureza, aumentando a sua imprevisibilidade. O processo de globalização aumentou a permeabilidade das fronteiras, e naturalmente, um corredor de livre acesso para a criminalidade transnacional poder operar, mais facilmente, em território nacional. (Garcia, 2006)

Tendo em conta que no caso português, a segurança interna é cada vez mais afetada por atividades levadas a cabo por grupos criminosos organizados mas que *"(...) têm cada vez mais a sua origem, motivação e estrutura organizativa, nomeadamente a sua direção, no exterior. Caracterizam-se, aliás, por um elevado grau de flexibilidade e mobilidade."* (Carvalho, 2009)

São estas ameaças que devem potenciar a cooperação entre FFSS, de forma a que o seu combate seja o mais eficiente, viável e seguro possível, de forma a constituir uma mais-valia no combate a este tipo de criminalidade sem fronteiras que tem crescido exponencialmente.

1.3. Delimitação do tema

O atual trabalho de investigação tem como tema "Cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e outras Forças e Serviços de Segurança no combate à criminalidade". Tendo em conta, a dimensão de FFSS nacionais e os mecanismos que são utilizados, para estas últimas cooperarem entre si. Tendo em conta as restrições no desenvolvimento do trabalho (50 páginas), e de forma a abordar de uma maneira mais aprofundada este tema, foi decidido restringir o tema de estudo, à cooperação entre GNR e o SIS, de forma a conseguirmos examinar a questão da cooperação entre estas duas instituições.

1.4. Justificação do tema

Tendo em conta o aumento da criminalidade violenta e grave em Portugal, parece pertinente abordar a cooperação entre a GNR e o SIS de forma a entender de que forma esta cooperação poderá contribuir para o combate à criminalidade, que tem vindo a sofrer um acréscimo ao longo dos últimos anos, devido à inexistência do controlo de fronteiras em Território Nacional, e os eventuais efeitos negativos sobre a segurança de bens, das populações e do Estado em geral.

1.5. Pergunta de Partida e Perguntas derivadas

Sendo o objeto de estudo a cooperação entre a GNR e as FSS, e através da revisão bibliográfica e da aplicação de entrevistas a responsáveis e profissionais da área das informações, e de forma a caracterizar a forma como coopera a Guarda com o Serviço de Informações de Segurança como ferramenta no combate à criminalidade. Neste sentido a questão central do trabalho é: Que efeito poderá ter a colaboração com o SIS na eficácia da atividade operacional da GNR no combate à criminalidade?

Formulada a Questão central, é enumerado de seguida as questões derivadas fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. Deste modo as perguntas derivadas são:

Q1: Existe partilha de Informações entre o SIS e a GNR?

Q2: Quais as vantagens desta cooperação no combate à criminalidade?

Q3: Os mecanismos criados são eficientes em tornar a cooperação mais eficaz?

Q4: A estrutura de informações na GNR/SIS é adequada à realidade das Informações?

1.6. Hipóteses

De forma a orientar a nossa investigação, de acordo com as questões enunciadas, é necessário a criação de hipóteses de forma a complementar a investigação. Segundo *Quivy &*

Campenhoudt (2008, p.119), um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estrutura em torno de uma ou mais hipóteses.

De seguida apresentam-se as seguintes hipótese de investigação, de forma a responder à pergunta de partida:

H1 - A atual cooperação entre SI e FS realiza-se de uma forma eficaz.

H2 - Esta cooperação tem sido importante no combate à criminalidade.

H3 - A plataforma de dados existente é suficiente, para assegurar a cooperação, entre FFSS, e partilha de informações.

H4 - São necessários novos mecanismos, a fim de potenciar a cooperação.

1.7. Objetivo da Investigação

O objeto de investigação deste trabalho centra-se na cooperação da GNR com o SIS. O objetivo geral é avaliar o contributo desta cooperação para o eficaz combate à criminalidade. São objetivos específicos verificar quais as principais vantagens desta cooperação no combate à criminalidade, de que forma o trabalho das duas instituições se complementa, se são necessários novos mecanismos que potenciem esta cooperação e se a estrutura de Informações destas duas instituições se encontra adequada ao panorama atual.

A cooperação e partilha de Informações, era não há muito tempo algo deficitária e com falta de implementação de uma verdadeira cultura de partilha dentro das instituições. Com esta investigação pretende-se obter uma análise da cooperação entre a GNR e o SIS nesta área.

1.8. Metodologia utilizada

Na elaboração deste Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) foram realizadas diversas diligências e aplicadas algumas técnicas de investigação e recolha de dados. Podemos definir investigação, segundo Sarmiento (2008, p.3) como " *o diagnóstico das necessidades de informação e seleção de variáveis sobre as quais se irão recolher, registar e analisar informações válidas e fiáveis.*".

A primeira parte, a que corresponde o enquadramento teórico do trabalho, foi efetuada uma análise de teorias, conceitos e ideias através da revisão bibliográfica, "que se obtém a partir da revisão de literatura, originando a bibliografia geral e específica sobre o tema em estudo

(...) " (Sarmiento, 2008, p.14). Esta revisão baseou-se na revisão de artigos e publicações que possibilitaram a elaboração do enquadramento teórico que serviu de base para a realização do trabalho. A pesquisa bibliográfica foi efetuada, maioritariamente na Internet, pois é atualmente um grande repositório de informação atualizada e fidedigna, que não deve ser descurado e tido em conta com desconfiança. Mas para esta pesquisa, não foi descurado o recurso à Biblioteca da AM, à Biblioteca do IESM, entre outras.

A segunda parte deste trabalho realizou-se a pesquisa de campo, através da realização de entrevistas a entidades relacionadas com a área das Informações. Foram aproveitadas os conteúdos de diversas conversas informais, mantidas com os profissionais do ramo. Sendo esta parte baseada na observação direta através da aplicação de entrevistas semiestruturadas.

1.9. Estrutura do trabalho e síntese dos capítulos

Este trabalho encontra-se estruturado em quatro partes, que incluem cinco capítulos, a parte introdutória, a parte teórica, a parte prática e a parte conclusiva. A parte teórica e a parte prática constituem a fração representativa do trabalho. A parte introdutória contempla o presente capítulo, que constitui uma introdução ao tema a ser desenvolvido, descrevendo o “porquê” e o “como” desta investigação. A parte teórica tem como objetivo descrever a área em que se insere o trabalho versando sobre a temática em questão. Começa-se por definir o conceito de Segurança Interna, abordando-se, de seguida, os órgãos que constituem o Sistema de Segurança Interna Português e o Sistema Integrado de Segurança Interna. De seguida são apresentadas as Forças e Serviços de Segurança portuguesas (GNR, PSP e PJ), sendo caracterizadas as principais ameaças à Segurança interna, sendo caracterizados o terrorismo e a criminalidade organizada transnacional. No subcapítulo seguinte é caracterizado as instituições, relacionadas com as Informações nacionais (SIRP, SIS e SIED), sendo caracterizados os Serviços de Informações Portugueses e os órgãos constituintes do SIRP, bem como as lacunas que o SIS possui no cumprimento das suas funções. Por fim, é apresentada o papel da GNR nas Informações e a sua estrutura.

A parte prática deste trabalho visa expor e debater toda a metodologia, procedimentos, apresentação e análise de resultados. Inicia-se com o capítulo 3, onde é explicada a metodologia e os procedimentos utilizados na realização do trabalho de campo. O capítulo seguinte procede à

análise e apresentação dos resultados com base nos dados recolhidos pelas entrevistas realizadas, e a sua apresentação.

Na parte conclusiva (capítulo 5) procedeu-se às conclusões e reflexões desta investigação. As hipóteses foram confirmadas ou refutadas, e as questões derivadas e questão central foram respondidas, bem como os objetivos gerais e específicos. Desta forma apurou-se qual a contribuição da cooperação entre a GNR e o SIS no combate à criminalidade. Foram efetuadas também algumas reflexões finais, explicitadas as limitações durante a realização do trabalho e sugeridas investigações futuras.

Capítulo 2

Enquadramento Teórico

2.1. Segurança Interna

Podemos definir Segurança (no seu significado mais amplo), como o "*(...) garante da sobrevivência, da independência, da conservação, da integridade e da solidariedade duma unidade política, mas também como uma condição para que os cidadãos vivam em paz, democracia e liberdade(...)*" (Borges, 2008, p.85).

Segundo Portela (2007, p.500) a segurança interna pode ser definida como "*a atividade desenvolvida pelo estado para garantir o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos (...)*". Em sentido lato a segurança interna não é, mais que, o esforço dos órgãos do estado na prossecução do bem-estar em áreas específicas. Importa, portanto, mencionar a sua missão específica de garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para o normal funcionamento das instituições democráticas, ou seja, assegurar o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, assim como o respeito pela legalidade democrática, tal como vem escrito no artigo nº 1 da Lei de Segurança Interna (LSI).

Portanto o estado tem a missão de garantir, aos seus cidadãos, todo o acesso aos seus direitos, liberdades e garantias sem qualquer tipo de "obstáculos" à sua prossecução. Esta missão, visa assegurar o pleno gozo dos direitos explanados na Constituição da República Portuguesa (CRP) e concretiza o papel da segurança interna de um estado. As Forças e Serviços de Segurança (FFSS) assumem um papel preponderante no âmbito da segurança do estado e de toda a sociedade. "*A segurança interna é um empreendimento de toda a sociedade, na qual todas as pessoas individuais e coletivas, públicas e privadas devem estar envolvidas.*" (Guedelha, 2013 p.4). Tal como vem estabelecido no artigo 5º da LSI, que estabelece os deveres de colaboração na prossecução dos fins de segurança interna. As FFSS encontram-se na dependência de

diferentes ministérios. A Polícia Judiciária está na dependência do Ministério da Justiça; a GNR, PSP e SEF encontram-se na dependência do Ministério da Administração Interna; e o SIS encontra-se na dependência direta do Primeiro-Ministro. Embora os órgãos de que dependem sejam diferentes, todas estas instituições visam um objetivo comum.

"Com os ataques terroristas de 11 de setembro a separação entre segurança interna e externa torna-se meramente artificial (...)" (Inácio, 2010, p.39). Devido a uma transnacionalização da criminalidade organizada, o conceito de segurança interna acaba por se associar ao de segurança externa, procurando fazer face às novas ameaças e riscos que têm surgido nos últimos tempos.

A segurança depende cada vez mais da capacidade de cooperação e articulação entre as FFSS e outros organismos do Estado de forma desenvolver a missão de "segurança" de uma forma mais eficiente e eficaz.

2.2. Sistema Integrado de Segurança Interna

"No atual quadro de reformas surge, não um elemento novo, mas um aperfeiçoamento, do atual Gabinete Coordenador de Segurança (GCS), o designado Sistema Integrado de Segurança Interna (SISI) (...)" (Rodrigues, 2008)

O Sistema Integrado de Segurança Interna e as suas opções foram aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros nº45/2007 de 19 de Março. Devido ao surgimento de novas necessidades, este documento refere a extemporaneidade do SSI que vinha vigorando desde o fim dos anos 80. A reforma do SSI é justificada, nomeadamente, através da sua desadequação em lidar com as novas ameaças. (Carvalho, p.5)

As áreas da ordem pública, investigação criminal, informações, cooperação internacional e prevenção criminal demonstram a necessidade de alguns ajustes.

O novo conceito de SSI projeta um conceito estratégico de segurança interna, que se adequa à nova realidade e inovadora na sua organização. A alteração principal do SISI centra-se na criação do cargo de Secretário-Geral do SISI, que é dotado de meios de articulação, direção, comando e controlo em determinadas situações. É uma solução semelhante à encontrada com a Lei que alterou o SIRP, que criou um regime de direção unificada, materializado na criação do cargo de SGSIRP (*idem*, p.7).

As soluções apresentadas de fusão, extinção e reagrupamento, de forma a beneficiar uma solução de compromisso, pela entrega de competências a uma figura supra institucional, não foram aceites.

"Uma outra semelhança com o regime do SIRP consiste na definição de uma estratégia abrangente, numa lógica de complementaridade institucional" (Carvalho, 2007, p.9). Através do novo conceito estratégico o sistema é modernizado através da intervenção do SG apoiado por um conjunto de recursos diversificados.

O papel do SGSISI é assegurar a coordenação entre as FFSS, na realização de projetos de segurança transversais a todas as forças, a colaboração e acesso no âmbito das informações, e a ligação entre os serviços de informações e as forças de segurança de forma a combater as novas ameaças, principalmente a criminalidade organizada e o terrorismo.

Na interação entre as forças de segurança e os serviços de informação o SGSISI deve garantir o cumprimento do princípio da disponibilidade e a troca de informações com serviços de Informações estrangeiros. Uma vez que nem todas as FFSS participam nos mesmos fóruns, é de sublinhar a importância da partilha de informações entre as diferentes instituições.

2.3. O Sistema de Segurança Interna

A necessidade de encontrar um conceito do Sistema de Segurança Interna (SSI) aconteceu em 1987 com o parlamento a aprovar a primeira LSI. A primeira LSI definiu as competências do governo, na condução da política de segurança interna, principalmente o Conselho de Ministros que tem competência para definir as linhas gerais de política governamental de segurança interna; da Assembleia da República, que tem como competência a fiscalização da sua execução e do Primeiro-Ministro que é responsável pela direção política da segurança interna. Foi criado também um Conselho Superior de Segurança Interna e o Gabinete Coordenador de Segurança. Após vinte anos de vigência foram identificados pontos críticos que levaram a que se considerasse que esta Lei se encontrava inadequada e desajustada à nova realidade. (Fonseca, 2010)

Com o surgimento das novas ameaças transnacionais, dos riscos naturais e tecnológicos que afetam a sociedade, deu-se a necessidade da criação de uma nova LSI que respondesse eficazmente a um novo conceito estratégico de segurança interna, levando à criação da nova LSI e à sua aprovação a 29 de agosto de 2008.

A "nova" LSI estabelece como órgãos do SSI¹, no seu artigo 11º, o Conselho Superior de Segurança Interna (CSSI), o Secretário-Geral de Segurança Interna (SGSSI) e o Gabinete Coordenador de Segurança (GCS).

2.4 - Composição do Sistema de Segurança Interna

2.4.1. Conselho Superior de Segurança Interna

O CSSI é o órgão interministerial de audição e consulta em matéria de segurança interna, presidido pelo Primeiro-ministro e integrando os Ministros da Administração Interna, da Justiça, da Defesa Nacional, das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, deputados, responsáveis máximos dos sistemas SSI e SIRP, Forças Armadas, Forças de Segurança e de outros serviços relevantes em termos de segurança.

"O CSSI pode ainda funcionar em composição alargada, onde pontualmente os ministros que tutelam os OPC de competência específica e os respetivos dirigentes máximos desses órgãos são chamados a participar." (Guedelha, 2013, p.6). Compete ao CSSI, em matéria de segurança interna, pela adoção das providências necessárias em situações de grave ameaça à segurança interna e enquanto órgão de consulta, cabe-lhe emitir pareceres sobre as linhas gerais da política de segurança interna, e as bases gerais da organização, funcionamento e disciplina das FFSS e sobre a formação, especialização, atualização e aperfeiçoamento do pessoal destas últimas.

2.4.2. Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna

"Não podemos ainda, dizer que a nova LSI veio trazer uma rotura completa com o velho SSI, sendo a principal novidade, prende-se com a criação do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna." (Fonseca, 2010, p.36)

O SGSSI funciona na direta dependência do Primeiro-Ministro, ou por sua delegação, do Ministro da Administração Interna. Ao SGSSI são atribuídas competências de articulação e cooperação na ação das Forças e Serviços de Segurança.

¹ Ver Anexo A

"De acordo com o artigo 14º da LSI, o SGSSI tem competências de coordenação², direção, controlo e comando operacional que lhe permitem coordenar, articular e comandar as diversas forças e serviços de segurança (...)" (Guedelha, 2013, p.14)

As competências atribuídas ao SGSSI são, nomeadamente, promover a coordenação entre FFSS, a ligação entre forças de segurança e serviços de informações, a articulação das FFSS com o sistema prisional, a articulação entre as FFSS, o Sistema de Proteção e Socorro e o Sistema de Segurança Interna na resposta às ameaças à segurança. Compete ainda ao SGSSI, o desenvolvimento em Território Nacional dos planos de ação e estratégias comuns do espaço europeu de liberdade, segurança e justiça que impliquem a atuação articulada das FFSS.

No âmbito das competências do SGSSI na investigação criminal e relação com o Ministério Público (MP), são levantados problemas graves, uma vez que, o SGSSI não detém, legalmente, poderes de polícia. (*idem*, p.15)

2.4.3. Gabinete Coordenador de Segurança

Como vem exposto no artigo 21º da LSI, o GCS tem direta dependência do Primeiro-Ministro com possibilidade de esta ser delegada no Ministro da Administração Interna, é o órgão especializado de assessoria e consulta para coordenação técnica e operacional da atividade das FFSS. Tem como função assistir de modo regular e permanente às entidades governamentais responsáveis pela execução da política de segurança interna, e estudar e propor esquemas de cooperação das FFSS e o aperfeiçoamento do seu dispositivo, tendo em vista a melhoria do seu funcionamento, sem prejuízo das suas missões, tendo em vista a prevenção da criminalidade.

O GCS funciona em dois patamares, o secretariado permanente e o plenário. No secretariado permanente, têm assento os representantes do Sistema de Defesa Nacional, do Sistema de Proteção e Socorro e da Direção-Geral dos Serviços Prisionais. No plenário integram os representantes acima mencionados e o SGSIRP.

O GCS está formalmente extinto desde a aprovação do Decreto-Lei nº126-A/2011, ainda que se mantenha em funcionamento até à próxima revisão da LSI. (Guedelha, p.7)

² Ver Anexo B

2.4.4. Unidade de Coordenação Antiterrorismo

"A ideia de fusão de informações já foi posta em prática com a criação da UCAT (...), constituindo a sua criação um reconhecimento tácito de que o domínio das informações tem de ser compreendido de forma alargada, (...)" (Portela, 2009, p.504)

A Unidade de Coordenação Antiterrorismo "nasceu" em fevereiro de 2003, como resposta aos acontecimentos terroristas do 11 de setembro e à receção portuguesa do euro 2004. As FFSS que a integram têm como missão a partilha de informações de forma a fazer frente às ameaças terroristas internas ou externas. Como vem determinado no artigo 23º da LSI, compete à UCAT garantir a coordenação e partilha de informação, entre os serviços que dela fazem parte, os representantes do SGSSI, SGSIRP, GNR, PJ, SEF, SIED, SIS e AMN.

"Devem ser expressos compromissos e níveis de partilha de acordo com as missões de cada entidade, em suma deve ser operacionalizado um regulamento da unidade." (Guedelha, 2013, p.18)

A partilha de informações é, sem dúvidas, muito importante mas o seu valor pode ser exponenciado se for integrado no âmbito da partilha de informações policiais e criminais entre as diversas FFSS. É dada demasiada importância às informações sobre o terrorismo, comparativamente às outras ameaças e riscos para a segurança, então as informações sobre terrorismo devem sere partilhadas entre FFSS nacionais e internacionais.

Segundo Guedelha (2013, p.18), um dos problemas de funcionamento da UCAT, é que a coordenação e partilha de informação entre as diferentes FFSS dependem da dimensão e termos que cada força ou serviço bem entende. Este carácter facultativo de partilha de informações é altamente disfuncional, uma vez que a *"(...) competição institucional (...), com compartimentação de informação entre serviços de informação e polícias,(...) demonstram que o nosso "sistema de informações" sofre de ancilose múltipla,(...)"* (Portela, 2009, p.504).

Apesar, de algumas lacunas, a criação da UCAT foi o primeiro passo na cooperação "horizontal" entre as várias entidades. Tornando-se, este organismo, numa vantagem para a coordenação de segurança, nomeadamente no âmbito das Informações, Segurança e Investigação criminal. *"In fact, collaboration between the SIS and SIED in UCAT, mainly at the level of information Exchange, has substantially improved."* (Céu Pinto, 2012, p.14)

2.5. Forças e Serviços de Segurança

2.5.1. Guarda Nacional Republicana

A Guarda Nacional Republicana "é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa"³, que tem dupla dependência ministerial. Em situação normal depende do MAI, em situação de crise ou guerra passa a depender operacionalmente do CEMGFA, através do seu comandante-geral. "É no quadro atual de ameaças e riscos que a GNR reflete a sua natureza única nacional, constituindo-se uma "reserva" profissional (...) " (Guedelha, 2013, p.8) esta natureza dá à Guarda o potencial necessário para fazer a ligação entre as FA e as FFSS. No âmbito da segurança interna a Guarda é uma força de segurança com uma missão de polícia geral, desenvolvendo a sua atividade operacional como Polícia Criminal, Polícia Administrativa, Polícia Fiscal e Aduaneira, Polícia de Trânsito, Polícia Antieconómica, Polícia de Intervenção e Ordem Pública, Polícia Ambiental, Polícia Honorífica e agente de Proteção Civil.

A GNR⁴ compreende na sua estrutura, o Comandante-Geral e o seu gabinete de apoio. Os órgãos de comando e direção que compreendem o Comando Operacional (CO), o Comando de Administração dos Recursos Logísticos (CARI) e o Comando de Doutrina e Formação (CDF). As unidades da Guarda são o Comando-Geral, as Unidades Territoriais, as Unidades Especializadas, as Unidades de Representação e Unidades de Intervenção e Reserva.

2.5.2. Polícia de Segurança Pública

A PSP *"é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa"*⁵ que tem por missão "assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei"⁶. A natureza civil da PSP permite-lhe que o seu pessoal sem funções policiais tenha uma organização mais aproximada ao modelo da administração pública do Estado, enquanto, o pessoal com funções policiais esteja sujeito à hierarquia do comando. É uma força de segurança que depende unicamente do MAI e tem uma estrutura organizacional única. Em situação normal

³ Lei Orgânica da GNR, lei 63/2007 de 6 de novembro

⁴ Ver Anexo C

⁵ Lei 53/2007 de 31 de agosto

⁶ Lei 53/2007 de 31 de agosto

as suas atribuições decorrem da legislação de segurança interna, e em situações de exceção, as resultantes da legislação sobre a defesa nacional e sobre o estado de sítio emergência.

A sua estrutura⁷ compreende a Direção Nacional, as Unidades de polícia e os estabelecimentos de ensino policial. A Direção Nacional é constituída pelos seguintes organismos, o Diretor Nacional, as Unidades Orgânicas de Operações e Segurança, de Recursos Humanos e de Logística e Finanças.

A Unidade Orgânica de Operações e Segurança, é o equivalente na GNR ao Comando Operacional, pois compreende as áreas de operações, Informações policiais, IC, armas e explosivos, segurança privada, sistemas de informação e comunicações.

2.5.3. Polícia Judiciária

A PJ é "um corpo superior de polícia criminal organizado hierarquicamente na dependência do Ministro da Justiça e fiscalizado nos termos da lei, enquanto serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa."⁸

Constitui-se como um corpo de grande especialidade técnico-científico, com autonomia na definição técnica e tática da investigação, a sua missão passa por colher provas para no " (...) plano factual e jurídico serem jurisdicionalmente sustentadas." (Guedelha, 2013, p.8)

Compete à PJ, ainda auxiliar as autoridades judiciais, atuando sobre a sua direção e dependência funcional, em processos cuja investigação esteja sobre a sua alçada, e no domínio da prevenção criminal compete-lhe identificar e dissuadir situações propícias à prática de ilícitos. A PJ centra-se, essencialmente, no combate à criminalidade complexa, organizada e transnacional.

A presença nos quadros da PJ, do Gabinete Nacional da Interpol com o Gabinete SIRENE (sistema de Informações no espaço *Schengen*), que funciona como plataforma de cooperação policial internacional. Esta particularidade, permite à PJ estabelecer relações de cooperação policial internacional, em resposta a diferentes fenómenos criminais. Encontra-se ainda integrada na Europol, constituindo o centro de cooperação entre a Europol e as FFSS nacionais.

A sua estrutura⁹ compreende a Direção Nacional, as Unidades Territoriais, Unidades Regionais, Unidades Locais, Unidades de Apoio à Investigação e as Unidades de Suporte.

⁷ Ver Anexo D

⁸ LOPJ, lei nº37/2008, de 6 de agosto, alterada pela lei 26/2010, de 30 de agosto

⁹ Ver Anexo E

2.6. Riscos e Ameaças à Segurança Interna

"O período de transição em que vivemos é caracterizado por um conjunto de ameaças e riscos imprevisíveis, de caráter multifacetado e transnacional, (...) " (Miguel, 2009, p.114). O conceito de ameaça está ligado a um ato de natureza ofensiva, que afete a segurança de um Estado. As novas ameaças à segurança deixaram de ser concretas, apresentando-se cada vez mais variadas e complexas, nomeadamente quanto à sua natureza e objetivos, sendo cada vez mais difícil de aplicar os meios, de forma a combater-las de maneira eficaz.

Na conjuntura global atual, assistimos nos últimos anos à globalização das ameaças, o que leva a uma indefinição da probabilidade de ocorrência das mesmas, da sua universalização e elevada gravidade (Fonseca, p.63). As maiores ameaças que são colocadas à segurança interna de um Estado, atualmente, são o terrorismo transnacional, a criminalidade organizada, a proliferação de armas de destruição maciça e a cibercriminalidade, segundo o CEDN¹⁰.

2.6.1. Terrorismo

O terrorismo visa atingir objetivos políticos, através do recurso à violência. Outra das suas características, independentemente da sua doutrina ou fins religiosos, as suas ações visam a subversão, de forma a terem um maior impacto psicológico na população.

De forma a suportarem a sua atividade, as organizações terroristas utilizam outras atividades ilícitas de forma a adquirirem novas formas de financiamento, recrutamento, treino operacional e a especialização em diversas atividades. Sendo uma ameaça que apresenta uma natureza imprevisível, nomeadamente em relação à sua escala e dimensão de consequências, o combate ao terrorismo exige uma atenção redobrada, e uma disponibilidade de recursos superior.

"Portugal não é considerado um alvo prioritário e estratégico para atentados terroristas, no entanto, não se pode descurar a hipótese de Portugal ser utilizado para a realização de ações terroristas, tendo em vista outros alvos." (Inácio, 2010, p.56). Apesar de Portugal não ser considerado um país alvo de atentados terroristas, pode desempenhar a função de plataforma logística para diversas organizações terroristas.

¹⁰ Conceito Estratégico de Defesa Nacional, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº19/2013, de 5 de abril

O terrorismo atual desenrola-se com uma violência indiscriminada contra civis, de maior letalidade, de forma a fazer crescer o pânico nas sociedades, é racional nos alvos que visa, de forma a levar a cabo determinadas ações políticas ou não. (Fonseca,2010)

2.6.2. Criminalidade Organizada

" Uma organização criminoso persegue os mesmos objetivos traçados no mundo empresarial, mas por outros meios: (...), o seu objetivo é o lucro." (Miguel, 2009, p.15). O crime organizado é uma ameaça para a sociedade e para o Estado, pois é responsável pela erosão dos órgãos de soberania, visto possuírem uma estrutura em rede, que contém ramificações nas camadas estatais.

A excessiva concentração de meios no combate ao terrorismo, tem potenciado o desenvolvimento do crime organizado e a evolução da sua estrutura organizativa, forma de operar e atividades, tendo sempre em vista a maximização do seu lucro. Como os estados estabelecem acordos de cooperação internacional, também as organizações criminosas estabelecem acordos entre si. O resultado destas mudanças é um maior nível de violência, maior número de mercados afetados, associações com grupos de carácter terrorista ou armado e os seus objetivos passam pela destruição das estruturas estatais. (Garcia, 2006)

A permeabilidade das fronteiras atualmente, é um fator potenciador da circulação sem controlo dos fluxos criminosos. A sua enorme adaptabilidade permite-lhe adaptar-se e expandir-se a novos mercados e zonas geográficas. Os meios usados têm como objetivo a destruição de quaisquer obstáculos à sua atividade.

O recente alargamento da União Europeia trouxe enormes riscos, uma vez que alguns dos membros novos têm fronteiras mais permeáveis e estão em contato, ou são, alguns deles países originários de determinados grupos criminais.

"São ações levadas a cabo por atores não-estatais, que contribuem para a fragilização dos Estados e das suas instituições (...)" (Fonseca, 2011, p.89) São cinco as principais zonas de atuação do crime organizado: tráfico de estupefacientes, tráfico de seres humanos, crimes financeiros, imigração ilegal e tráfico de armas. Devido à sua enorme influência e crescente poder, o crime organizado possui a capacidade de destabilizar, económica, social e politicamente os países em que opera. A existência de diversas comunidades imigrantes da mesma etnia ou nacionalidade de um grupo criminoso, serve de base de apoio para estes grupos ou de centro de recrutamento.

Consequência da mediatização do terrorismo, a criminalidade organizada é colocada num plano secundário, o que lhe permite uma maior liberdade de ação. As organizações transnacionais criminosas estão muitas vezes ligadas às economias de guerra, financiamento de conflitos e monopólio de droga.

" A dita "Primavera Árabe" e a criminalidade transnacional não andam assim tão distantes e os rastilhos que derrubaram ditadores também derrubam democracias." (Alves, 2013, p.8)

Escalpelizando os diferentes tipos de ações desenvolvidas pela criminalidade organizada, são estes o tráfico de estupefacientes, tráfico de seres humanos, crimes financeiros, imigração ilegal e tráfico de armas. O tráfico de estupefacientes, é segundo as Nações Unidas¹¹, a atividade mais lucrativa do crime organizado, tendo um lucro estimado nos biliões de dólares por ano. Uma vez que, os narcotraficantes têm atualmente milhões de consumidores, a nível mundial. Este número de clientes dá-lhes um enorme poder económico, facilita a sua ligação com a economia legal e a sua infiltração no poder político e económico, e consequentemente, no sistema policial, permitindo escapar às autoridades.

Outra das atividades infra referidas, o tráfico de seres humanos, possui segundo Fonseca (2011), uma forte dimensão económica, podendo ser comparado a um fenómeno migratório de mercados, onde a procura e oferta das várias organizações criminosas, provoca e facilita os movimentos populacionais. Devido ao seu fluxo de "negócio", este tipo de crime é hoje comparado, em termos de lucro, ao tráfico de armas e de droga.

O tráfico de armas, é caracterizado como um problema gravíssimo para a segurança dos estados, pois leva aos conflitos armados, e desvios sociais negativos para a sociedade de determinado país. Este tipo de tráfico, contribui largamente para sérias ameaças à segurança dos cidadãos, violação dos direitos humanos e justiça social, e é um forte obstáculo ao desenvolvimento da paz.

A ligação, cada vez mais dissimulada e maior, do crime organizado aos negócios legítimos, tem sido uma "plataforma" de lançamento para o denominado crime financeiro. Este fenómeno tem implicações a nível da economia mundial, pois apesar de prejudicarem as receitas fiscais dos estados, os seus lucros acabam por desenvolver o próprio sistema financeiro do Estado, uma vez que os seus capitais são investidos em empresas e negócios legais. Este tipo de crime acaba por ser transversal à sociedade, travando o seu desenvolvimento, provocando a vulnerabilidade dos Estados e debilitando as suas instituições e sistemas fiscais.

¹¹ World Drug Report 2013

2.7. As Informações em Portugal

2.7.1. Sistema de Informações da República Portuguesa

" (...) ao SIRP foi atribuído em exclusividade a produção de informações que possam evitar atos de espionagem, terrorismo, sabotagem e quaisquer outros que atentem contra a segurança do Estado (...)" (Moleirinho, 2007, p.25). A atual configuração do SIRP é diferente da criada em 1984, com a aprovação Lei nº30/84, de 5 de setembro, que teve como objetivo estruturar os sistemas de informações portugueses. Esta lei veio estabelecer três serviços de informações: o SIS, o SIED e o Serviço de Informações Militares (SIM). Só o SIS foi efetivamente constituído com a publicação do Decreto-Lei 225/85 de 4 Julho.

Em 2004, a Lei nº4/2004, de 6 de novembro, foram introduzidas alterações à Lei-Quadro do SIRP¹², tais como o reforço dos poderes do Conselho de Fiscalização do SIRP, a criação do cargo de Secretário-Geral do SIRP, a atribuição de tutela direta ao Primeiro-Ministro e a autonomização das informações militares. *"A opção então tomada permitiu obter maiores níveis de coordenação e colaboração entre SIS e SIED sem que se verificasse, como se temia na altura, uma fusão efetiva entre estes Serviços, (...)"* (Carvalho, 2009, p.7)

Este novo "modelo" de 2004 veio definir 5 vetores fundamentais na reforma do SIRP: completar o edifício jurídico do SIRP; adaptar a estrutura orgânica dos Serviços e criar ferramentas que potenciem a atividade operacional destes, através da HUMINT (*human intelligence*); reforçar os recursos humanos através da formação conjunta; e criar estruturas comuns ao SIED e ao SIS. O SIRP é uma estrutura orgânica, que tem com funções a produção de Informações necessárias à salvaguarda da independência nacional, da garantia de segurança interna, e potenciação de medidas preventivas contra qualquer tipo de ameaça ou agressão, que atentem contra a legalidade democrática e unidade do estado. Este órgão público *" (...) assenta essencialmente no primado da legalidade democrática, no integral respeito pelos direitos liberdades e garantias dos cidadãos, (...)"* (Velo, 2007, p.18).

A estrutura atual do SIRP, apresenta a seguinte configuração:

- Um órgão de condução superior, inspeção, superintendência e coordenação (SGSIRP);
- Dois serviços de Informações de natureza operacional (SIS e SIED);

¹² Lei nº30/84, de 5 de setembro, Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa

- Dois órgãos de fiscalização, de emanção externa: Conselho de Fiscalização do SIRP, eleito pela Assembleia da República e Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP, nomeada pelo Procurador-geral da República;
- Um órgão interministerial de Consulta e coordenação: Conselho Superior de Informações, presidido pelo Primeiro-Ministro.

O SIRP está atualmente organizado, conforme o organograma na figura¹³.

2.7.2. Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa

O cargo de Secretário foi criado, com a publicação da Lei nº4/2004, de 6 de novembro. Sendo inovação nas atividades de coordenação dos Sistema de Informações português, não sendo uma novidade, mas tendo uma natureza e atribuições diferentes.

Na atual legislação o SGSIRP assume as funções de responsabilidade na condução superior da produção de informações, através do diretores do SIS e SIED, e " (...) *assumindo-se acima de tudo como um órgão de superintendência, inspeção e coordenação dos dois serviços de Informações existentes.*" (Goucha, 2011, p.50).

Além da sua missão geral, o SGSIRP tem a função de executar as determinações do Primeiro-Ministro e as deliberações dos órgãos de fiscalização; dirigir a atividade dos centros do SIS e SIED; presidir ao Conselho Consultivo do SIRP; nomear e exonerar, sob proposta dos diretores, os diretores-adjuntos do SIED e do SIS; e entre outras funções explanadas na Lei nº9/2007, de 19 de Fevereiro, que estabelece a orgânica do SGSIRP, do SIS e do SIED.

O SGSIRP encontra-se diretamente dependente do Primeiro-Ministro, sendo equiparado a Secretário de Estado, dispondo de um gabinete ao qual é aplicado o regime jurídico dos gabinetes ministeriais, assumindo a responsabilidade de assegurar o apoio técnico-administrativo, necessário ao funcionamento do CSI e do Secretariado do conselho consultivo do SIRP.

2.7.3. Serviço de Informações Estratégicas de Defesa

Desde 2004 que este serviço assume a missão de produção de informações, que contribuam para a salvaguarda de independência nacional, dos interesses nacionais e da

¹³ Ver Anexo F

segurança externa¹⁴. Como serviço de prevenção da ameaça externa, cabe-lhe complementar a atividade de segurança interna, partilhando informações necessárias sobre ameaças de origem externa. Sendo assim, desde a última LSI, é prevista a sua participação no Conselho Superior de Segurança Interna (CSSI)¹⁵, no GCS¹⁶ e na UCAT¹⁷.

"A atividade de produção de informações de ameaças externas permite um auxílio direto no processo de decisão política, (...)" (Goucha, 2011, p.52). O SIED contribui com informação privilegiada em termos de avaliação da ameaça terrorista e identificação de redes internacionais de crime organizado.

Nas suas funções, realiza o acompanhamento das comunidades portuguesas nos países estrangeiros; o alerta precoce para situações onde haja potencial comprometimento dos interesses nacionais; as matérias políticas, energéticas, económicas e de defesa que constituam prioridade política externam portuguesa.

No desempenho das suas funções desenvolve atividades de pesquisa, avaliação interpretação e difusão de informações, de acordo com as diretivas emanadas pelo Primeiro-Ministro. A direção deste serviço é realizada por um diretor que é coadjuvado por um diretor-adjunto, sendo a sua atividade dirigida pelo SGSIRP.

2.7.4. Serviço de Informações de Segurança

O SIS é um serviço de segurança de apoio à tomada de decisão do executivo e detém a exclusividade de produção de informações de segurança, prevenir atos de sabotagem, terrorismo e espionagem, assim *" (...) como quaisquer atos que possam alterar ou destruir o Estado de direito democrático, incluindo movimentos promotores de violência, onde se inserem atitudes de inspiração xenófoba, religiosa, política e desportiva."* (Goucha, 2011, p.50). Além da função de produção de informações, o SIS destaca-se, também, no combate ao crime organizado transnacional, tais como o tráfico de armas e pessoas, o crime financeiro e a proliferação de armas de destruição maciça, sendo a sua missão primariamente preventiva.

O SIS deve ter na sua função, bases nos princípios da necessidade, proporcionalidade e adequabilidade, promovendo o uso de técnicas especializadas de recolha de informação. Dos diversos meios e técnicas utilizadas podemos destacar a *Open Source Intelligence* (uso de fontes

¹⁴ Lei nº4/2004, de 6 de novembro

¹⁵ Resolução de Conselho de Ministros nº12/88, de 14 de abril

¹⁶ Decreto-Lei nº61/88, de 27 de fevereiro

¹⁷ Lei nº53/2008, de 29 de agosto

abertas e documentos não classificados) e a *Human Intelligence* (obtenção de informação através de fontes humanas).

Segundo o artigo 4º¹⁸, os funcionários do SIS não podem exercer poderes, praticar atos ou desenvolver atividade do âmbito ou competência específica dos tribunais ou das entidades com funções policiais, sendo-lhes expressamente vedado proceder à detenção de indivíduos ou instruir processos penais, segundo Guedelha (2013). Isto é, o SIS possui determinados limites legais, não estando autorizado a limitar direitos e garantias fundamentais, interceptar comunicações, proceder a detenções, instruir inquéritos ou processos penais.

Ao SIS compete um dever especial de colaboração com as outras FFSS, o que obriga as outras forças e serviços de facultarem a informação (relacionada com a segurança interna) que lhes seja pedida por este serviço.

2.7.5. Departamentos comuns

Através da publicação da Lei nº9/2007, foram criadas estruturas comuns aos dois serviços de Informações, na direta dependência do SGSIRP. Estas estruturas tiveram com farol a contenção de custos, eliminando funções duplicadas e promovendo a partilha de informações entre os dois SI. Foram criados departamentos responsáveis pelos recursos humanos, finanças e apoio geral, tecnologias de informação e o departamento de segurança.

O Departamento Comum de Recursos Humanos é responsável pelas atividades de recrutamento, seleção, gestão de carreiras, formação e tratamento da documentação.

O Departamento Comum de Finanças e Apoio Geral é incumbido de gerir e administrar o pessoal, da gestão financeira e controlo orçamental, administração patrimonial e apoio instrumental.

O Departamento Comum de Tecnologias de Informação gere os sistemas informáticos e garante a sua manutenção, tal como as comunicações e respetivas redes, apoio técnico aos sistemas de comunicações seguras e centros de dados.

O Departamento Comum de Segurança é responsável pelo desenvolvimento de atividades, que dizem respeito à segurança pessoal, física e matérias classificadas.

¹⁸ Lei nº4/2004, de 6 de novembro

Os SI ficam assim libertos para desempenhar as suas funções, assegurados administrativamente por estes departamentos. Organicamente cada departamento possui um diretor.

2.7.5. As Lacunas do Serviço de Informações de Segurança

Atualmente, os serviços de informações em Portugal recolhem e analisam informação que é compilada e arquivada, mas não é partilhada entre as FFSS. Apenas se alguma informação for alvo de um alerta, é que os serviços de informação, através da informação arquivada, começam a "investigar" o assunto em causa. Sendo o SIS, o principal serviço de recolha de Informação interna, tem diversas lacunas que diminuem seriamente a sua capacidade operacional. Uma das principais lacunas é a inexistência de uma base de dados ou o acesso a todas as bases de dados existentes. O que faz com que o SIS, funcione num sistema de "porta a porta", a fim de obter informações de que precisa das outras forças e serviços.

Céu Pinto (2012) afirma que *"As a point of fact, the SIS does not produce intelligence; instead, it merely confirms what others have worked up."* Apesar do dever de colaboração, estabelecido por Lei entre as FFSS, as forças de segurança e autoridades judiciais não podem transmitir certas informações que estão protegidas por segredo. Outra das grandes fraquezas operacionais é a impossibilidade do SIS de conduzir vigilância e interceção de chamadas telefónicas e conexões de internet.

O SIS é também incapaz de usar diferentes meios de obtenção de prova, tais como as medidas cautelares e de polícia. Consequentemente, não pode conduzir buscas ou operações de infiltração, nem aplicar medidas coercivas, pois não tem qualquer tipo de cobertura legal para o fazer. Apesar das limitações legais, estas não tem prejudicado os agentes operacionais de executarem missões de infiltração, que são parte intrínseca, do papel da espionagem e contraespionagem.

Face a estas limitações, uma das propostas avançadas por Borges (2008), é a criação de um único Serviço de Informação (resultante da junção entre SIS e SIED), denominado de Serviço de Informações de Segurança e Defesa (SISD), na direta dependência do PM. *" Em face das ameaças globais e da sua desterritorialização, estes serviços necessitariam também de maiores e melhores ligações a outros serviços, nomeadamente da União Europeia e da NATO."* (Borges, 2008, p.90)

2.8. GNR e as Informações

Tendo a GNR à sua responsabilidade 93% do Território Nacional, e sendo uma força de segurança que se encontra bastante dispersa territorialmente, a sua capacidade de recolha de informação apresenta um enorme potencial. A proximidade dos militares da Guarda com a população confere-lhes uma posição privilegiada na recolha de notícias, e sendo estas notícias de diferentes áreas geográficas e temáticas os potenciais resultados da sua análise são um produto de elevada capacidade.

A estrutura responsável pela área das informações na GNR, é a Direção de Informações¹⁹. Esta tem como principais missões, a elaboração de estudos, de informações policiais, de segurança e de contrainformação bem como efetuar a pesquisa, análise e difusão de notícias e informações. A manutenção e administração do SIIOP é, também, da competência da Direção de Informações.

Apesar da importância que a Direção de Informações assume na missão da GNR, este trabalho não se resume unicamente a esta Direção. Tendo em conta a dispersão territorial do dispositivo da Guarda, são os militares do territorial que, diariamente, recolhem vestígios ou elementos úteis de constituírem informação útil e relevante de forma a proceder à sua análise, confirmação e difusão. É no desempenho diário da missão da Guarda por parte deste militares que a Guarda garante grande parte do seu fluxo de notícias e informação.

"É oportuno relevar que a investigação criminal não se esgota na obtenção de provas e está longe de preencher as diversas atividades de policiamento." (Alves, 2011, p.184). Apesar da diferença, que existe, entre a atividade de Informações e a Investigação criminal, existem diversas sobreposições e ligações entre estas duas atividades. As informações que são processadas pelos SI podem complementar o trabalho da GNR, tal como informação processada pela GNR pode ser relevante para a atividade desenvolvida pelos SI. É, portanto, difícil de estabelecer a fronteira entre a atividade de Informações de competência dos SI e da GNR. Esta dificuldade é acentuada, quando se lida com o fenómeno da criminalidade organizada transnacional, pois as competências das diferentes FFSS são sobrepostas. Esta sobreposição acaba por criar diversos problemas legais às FFSS envolvidas, levando, por vezes, a uma

¹⁹ Ver Anexo G

"ineficácia" operacional e sentido de frustração por parte dos militares/agentes das forças e serviços envolvidos.

No que diz respeito à cooperação da GNR com outras FFSS, a implementação da PIIC²⁰, cuja coordenação geral é da competência do SGSSI. Esta plataforma constitui uma vantagem, no exercício do poder de cooperação entre as várias FFSS e *"(...) contribuirá de forma decisiva para o aumento da eficácia e eficiência da atividade policial e de uma coordenação mais efetiva entre todos eles."* (RASI 2012)

²⁰ Lei 73/2009, de 12 de agosto

Capítulo 3

Trabalho de Campo – Metodologia e procedimentos

3.1 - Introdução

A primeira parte do trabalho assentou no enquadramento teórico tendo por base a revisão bibliográfica, na qual se procurou definir quer o conceito de "Segurança Interna" como o de SSI, que é responsável por esta última, bem como os órgãos que o constituem. De seguida, abordamos os responsáveis pelo Sistema de Segurança Interna bem como as Forças de Segurança (GNR, PSP e PJ), através de uma forma descritiva. De igual modo, os riscos e ameaças à Segurança Interna também foram explorados, nomeadamente, o terrorismo e a criminalidade organizada. Foi recolhida informação sobre o SIRP e o seu secretário-geral, na medida em que este é o responsável de topo no que diz respeito à "cadeia" das Informações nacionais. e de seguida são abordados, o SIS e SIED, e abordadas algumas lacunas do SIS. Por último o tópico abordado, prende-se com a GNR, o seu papel e estrutura de Informações.

A parte prática do trabalho pretendeu-se responder às hipóteses enumeradas no primeiro capítulo, através da realização de trabalho de investigação com base em entrevistas (método inquisitivo), ou como diz Sarmiento (2008), basear a parte prática no interrogatório escrito ou oral.

Este capítulo apresenta a metodologia do trabalho de campo, os procedimentos e técnicas adotadas na realização das entrevistas.

Terminada esta, passaremos para a fase de transcrição e análise de entrevistas, e após esta fase entraremos na fase das conclusões e recomendações, onde serão referidas as conclusões a que chegámos através do trabalho.

3.2 - Metodologia

Para Sarmiento (2008), a investigação é o diagnóstico das necessidades de informação do investigador, e a seleção das variáveis das quais irão ser recolhidas, registadas e analisadas as informações válidas e fiáveis.

O trabalho de campo foi baseado no método inquisitivo, que segundo Sarmiento (2008, p.4), " (...) *é baseado no interrogatório escrito ou oral.*". Através do método supra referido, foram recolhidos os dados que têm como objetivo, procurar resposta às hipóteses formuladas no início do trabalho.

De forma a dar-se resposta às hipóteses foram realizadas entrevistas, que segundo *Quivy & Campenhoudt* (2008, p.192) "*(...) permitem ao investigador retirar (...) informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados*". O conteúdo das entrevistas foi, posteriormente, alvo de análise do seu conteúdo, de forma a validar as hipóteses apresentadas no início do trabalho.

3.3 - Procedimentos

Os métodos de investigação utilizados consistiram na elaboração de entrevistas semiestruturadas. De acordo com Sarmiento (2008), este tipo de entrevistas não são, inteiramente, abertas nem encaminhada para um determinado número de perguntas, o entrevistado pode falar de assuntos relacionados com o tema. Tendo em conta esta característica deste tipo de entrevistas, estas foram realizadas de acordo com um guião²¹ composto por 5 questões, que permitiram ao entrevistado falar abertamente sobre determinado assunto bem como recolher informação da parte do entrevistado.

3.4 - Entrevistas

Na realização do presente do trabalho foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que permitem ao investigador dispor " (...) *de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado.*" (*Quivy &*

²¹ Ver Apêndice B

Campenhoudt , 2008, p.192). Este tipo de entrevistas, permite que o entrevistado expresse a sua opinião acerca de outros assuntos, uma vez que "*(...) o entrevistado responde às perguntas do guião, mas também pode falar sobre outros assuntos relacionados*" (Sarmiento, 2008, p.18). Assim sendo, ao longo das entrevistas houve uma preocupação de direcionar o entrevistado para as questões que faziam parte do guião, sem que este se afastasse muito do pretendido.

De forma a analisarmos, em perspetivas diferentes, o conteúdo obtido através das entrevistas, procurou-se escolher os entrevistados, com funções na área, ou ligados, às Informações e de diferentes instituições.

Estas entrevistas foram realizadas, tendo como objetivo a confirmação ou refutação das hipóteses formuladas no início do trabalho, de forma que, após a sua análise, estejamos em condições de responder às perguntas da investigação e de tecer conclusões sobre o tema abordado.

As entrevistas foram efetuadas entre os dias 8 de julho e 20 de julho, nas instalações onde o entrevistado desempenha as suas funções.

Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente, tendo sido entregue uma carta de apresentação²², de modo a que o entrevistado se inteirasse do objetivo do estudo e confirmasse a sua disponibilidade em participar no mesmo.

3.3 - Caraterização da amostra

Tendo em conta o tema do trabalho, foi necessário encontrar um grupo de pessoas que tivessem experiência profissional, na respetiva área, contribuindo assim com informações valiosas para a realização deste trabalho.

O objetivo destas entrevistas, é obter uma representatividade social, em vez de, uma representatividade estatística, segundo Guerra (2006). Tendo em conta esta ideia, o termo "amostra" não é o mais correto, pois este termo está conectado com uma análise quantitativa, "*(...) um conceito ligado a uma representatividade estatística e não à representatividade social que se pretende neste tipo de pesquisa*" (Guerra, 2006, p.21).

Por outro lado, segundo Freixo (2011), uma amostra é um conjunto de indivíduos que são retirados da população que é alvo de estudo, e através de diferentes operações permitem escolher o grupo ou elemento representativo da população. "*(...) os elementos da população são escolhidos por causa da correspondência entre as suas caraterísticas e os objetivos do estudo*"

²² Ver Apêndice A

(...)" (Freixo, 2011, p.185), nestas entrevistas a amostra foi selecionada de forma a englobar, profissionais na área das Informações da GNR, do SIS e do responsável pela sua coordenação, o SGSSI.

A amostra²³ é constituída por oficiais da GNR, com funções ligadas às Informações, e por dois elementos, externos à GNR, que estão diretamente ligados à estrutura de Informações do Estado e das FFSS. De forma a conseguirmos obter respostas objetivas que traduzissem diversas perspetivas acerca da temática da Cooperação e das Informações, foram entrevistadas 5 pessoas: Exmo. SGSSI; Diretor do SIS; Diretor da Investigação Criminal (GNR); Diretor de Informações (GNR); e o Chefe da SIC-CV do GIOE/UI/GNR. Algumas entrevistas foram alvo de gravação, utilizando o telemóvel *Sony Xperia Miro*. Após o término da gravação, as entrevistas foram transcritas, e a informação necessária para responder às questões colocadas foi selecionada. Importa referir, que alguns entrevistados não permitiram a gravação da entrevista, pelo que forem transcritas, numa fase inicial para suporte de papel e mais tarde tratadas de forma a retirar a informação relevante para responder às questões colocadas.

Quadro 1 - Caraterização da amostra

Entrevistados	Unidade/ Instituição	Função	Posto/ Grau Académico
Entrevistado nº1 (E1) ²⁴	SSI	Secretário-Geral do SSI	Juiz Desembargador
Entrevistado nº2 (E2) ²⁵	DI/ GNR	Diretor da DI	Coronel
Entrevistado nº3 (E3) ²⁶	DIC/GNR	Diretor da DIC	Coronel
Entrevistado nº4 (E4) ²⁷	SIC-CV/GNR	Chefe da SICCV	Capitão

²³ Vide Quadro nº1

²⁴ Ver Apêndice C

²⁵ Ver Apêndice D

²⁶ Ver Apêndice E

²⁷ Ver Apêndice F

Capítulo 4

Trabalho de Campo – Apresentação, análise e discussão de resultados

4.1. Introdução

Neste capítulo do trabalho pretendemos apresentar os resultados obtidos, nas entrevistas, analisá-los e discuti-los.

Tendo em conta a amostra de entrevistados apresentada no quadro do capítulo anterior, e uma vez que todos os entrevistados desempenham funções relacionadas com as Informações, foi elaborado um guião de entrevista, de forma a recolher as opiniões de cada entrevistado acerca das questões efetuadas.

De forma a "*reduzir o montante de material a trabalhar identificando o corpus central da entrevista*" (Guerra, 2006, p.73), e de forma a facilitar a comparação das entrevistas, foram elaboradas sinopses das mesmas.

Esta análise tem como objetivo, explicar e analisar a resposta dada a cada questão. A análise das questões será realizada individualmente, de acordo com a ordem das questões presentes no guião e com o quadro dos entrevistados. Será apresentada a questão, a sua análise e o quadro-sinopse com as ideias-chave de cada entrevistado, em relação à questão efetuada.

4.2. Análise das entrevistas

4.2.1. Análise à questão nº1

No seguinte quadro 2, é apresentada a argumentação dos entrevistados à Questão nº1 - "**Qual considera ser o panorama atual das Informações em Portugal, no que respeita à cooperação entre SI (Serviços de Informações) e Forças de Segurança?**"

Quadro 2 - Análise à questão nº1

Respostas	Argumentação
E1	<ul style="list-style-type: none"> - " De forma global esta cooperação tem-se realizado de forma eficaz." - " Esta cooperação realiza-se, de forma bilateral através da UCAT e GCS, sendo que nestes órgãos institucionalizados a cooperação entre FFSS é boa."
E2	<ul style="list-style-type: none"> - "A GNR não está integrada, em termos formais, no SIRP mas colabora e coopera com o sistema, (...) " - "(...) GNR é, não só, a fonte de muita informação que o SIS recebe, mas também é a destinatária de informação, por parte do SIS." - "Existem várias ligações, entre o SIS, SIRP e a GNR. Esta comunicação processa-se, em vários níveis, quer a um nível mais formal, quer de uma forma informal" - "Há também reuniões, que extravasam a questão da bilateralidade, que tratam de fenómenos, como o crime organizado, o terrorismo (...) " - "(...)o SIS tem um representante no SSI, o qual participa nas reuniões que são alargadas às FFSS,(...). Há aqui, uma colaboração e partilha de informação, entre o SIS e as FFSS (...) "
E3	<ul style="list-style-type: none"> - "(...)tem sido uma área um bocado turbulenta, por força até de algumas reestruturações que têm acontecido, ultimamente, nesta matéria." - "(...) nos próximos tempos, potenciará a troca de Informações vai ser, o chamado PIIC (...) " - " (...) informação recolhida pelo SIS é de interesse supletivo para a área da informação criminal, mas de facto, na área da informação criminal a informação flui com alguma dificuldade, é objeto de grandes reservas (...) "
E4	<ul style="list-style-type: none"> - "(...) a última revisão da Lei de Segurança Interna terá reforçado a aproximação entre os diferentes atores da segurança interna, nomeadamente através do incremento da partilha de informações." - " No que à Guarda diz respeito, penso que estamos a subaproveitar o manancial de informação dispersa pela nossa área de competência territorial (...) " - "Este subaproveitamento, na minha opinião, deve-se essencialmente à ausência de uma verdadeira cultura de informações e por outro lado à ausência de um sistema de informação eficiente (...) "

O objetivo desta pergunta é perceber qual é o panorama existente, em termos de cooperação, entre os Serviços de Informação e a Guarda, e se esta cooperação é cada vez mais frequente ou se continua a ocorrer de forma esporádica e ténue.

O entrevistado nº1 (E1) sendo uma das funções do seu cargo, potenciar a cooperação entre FFSS, afirma que a cooperação institucionalizada (exemplo UCAT e GCS) dá-se de uma forma eficaz, mas que nos meios mais informais, não tendo intervenção direta, prefere não dar a sua opinião sobre o assunto.

De acordo com o entrevistado nº 2 (E2), apesar de a GNR não estar integrada no SIRP, esta colabora e coopera com o SIRP, sendo uma importante fonte de informação para o SIS. As ligações entre a GNR, SIS e SIRP, processam-se a vários níveis, mais formais ou informais. São realizadas reuniões de forma a discutir fenómenos específicos. A colaboração e partilha de informações entre o SIS e a GNR são possíveis através da presença do SIS nas reuniões alargadas do SSI.

O entrevistado nº 3 (E3), tendo em conta a sua função, afirma que a cooperação tem sido uma área de, alguma, turbulência tendo em conta as últimas reestruturações. O PIIC vai ser um potenciador da troca de Informações, e que a informação recolhida pelo SIS tem muitas vezes um carácter supletivo para a área da informação criminal, havendo certas dificuldades na fluidez de Informação.

De acordo com o entrevistado nº4 (E4), a revisão da LSI reforçou a aproximação entre FFSS, mas que a GNR continua a subaproveitar (tendo em conta a sua dispersão territorial) o seu potencial de fluência da Informação. Este desaproveitamento deve-se, a uma falta de cultura de informações e pela ausência de um SI eficiente.

De uma forma geral, todos os entrevistados, responderam declarando que a cooperação entre os SI portugueses e a GNR tem-se efetuado de forma eficaz. Esta cooperação tem-se potenciado segundo, alguns entrevistados, devido às relações informais estabelecidas entre as instituições, e a revisão da LSI reforçou esta cooperação. Apesar das relações informais serem, de facto potenciadoras, a cooperação efetuada nos órgãos institucionalizados (exemplo o GCS e a UCAT) é também realizada de forma eficiente. Continuando a haver, porém alguma falta de cultura de partilha e mais eficiência por parte dos SI.

4.2.2. Análise à questão nº2

No seguinte quadro 3, é apresentada a argumentação dos entrevistados à Questão nº2 - **"Em que medida a cooperação entre FFSS tem sido importante no combate à criminalidade?"**

Quadro 3 - Análise à questão nº 2

Respostas	Argumentação
E1	<ul style="list-style-type: none"> - " A cooperação tem sido crucial, no combate à criminalidade." - " A existência e criação de equipas mistas, tem revelado um sério esforço de cooperação entre FFSS, tal como os números apresentados pelas FFSS."
E2	<ul style="list-style-type: none"> - "É, extremamente, difícil avaliar se a cooperação é das facetas mais eficazes, no combate à criminalidade (...)" - " (...) o SIS tem ligações com serviços homólogos estrangeiros, havendo uma panóplia de informação que é transmitida." - " (...)a Guarda recebe informação do SIS, por exemplo no que às metodologias empregues por esses grupos organizados, ligações internacionais dos mesmos (...)"
E3	<ul style="list-style-type: none"> - " As FFSS, à mercê das suas características territoriais, das valências que têm e das suas capacidades, têm um regime de complementaridade muito grande." - " (...) a que as FFSS tenham de cooperar em termos preventivos, em termos de cooperação e tenham de cooperar em termos reativos." - " (...)o combate à criminalidade passa pela partilha e cooperação de Informação, sendo elementos basilares."
E4	<ul style="list-style-type: none"> - " (...) tem sido muito importante, nomeadamente nas situações mais complexas em que foram constituídas equipas mistas de investigação criminal para fazer face a determinados fenómenos criminais." - " (...)a cooperação e partilha de informação foi fundamental para a prossecução dos excelentes resultados obtidos."

O objetivo desta pergunta foi compreender se a cooperação entre FFSS tem sido uma mais-valia no combate à criminalidade, e se tem produzido resultados.

O E1 diz que a cooperação tem sido uma arma fundamental no combate à criminalidade, e que, as equipas mistas existentes e as que são criadas, para combater certos fenómenos criminais, demonstram um esforço sério de cooperação, por parte das FFSS, tal como as estatísticas apresentadas por estas.

O E2 afirma que é difícil de avaliar, se a cooperação tem contribuído de forma eficaz para o combate à criminalidade, apesar de o SIS manter ligações com serviços de informações estrangeiros que transmitem uma panóplia de informações que pode ser usada pela Guarda. Apesar de o SIS não ter competência nas matérias criminais, é uma valiosa fonte de informação no que diz respeito às metodologias empregues por grupos organizados e as suas ligações internacionais (caso as tenham).

Segundo o E3, as FFSS tendo em conta as suas valências, capacidades e competências territoriais, criam entre si uma cultura de complementaridade. Devem, portanto, cooperar entre si em termos de prevenção, cooperação e reação. Para finalizar afirma que o combate à criminalidade só é possível pela partilha e cooperação ao nível das Informações.

Já o E4, afirma que a cooperação entre FFSS, tem sido muito importante, através da formação de equipas mistas de investigação, de forma a fazer face a determinados fenómenos criminais. Tendo em conta a experiência profissional do entrevistado nas equipas mistas de investigação, este conclui que a cooperação e partilha de informação, entre todos os seus elementos foi fundamental para os resultados obtidos.

De uma forma global, os entrevistados responderam que a cooperação entre FFSS tem sido importante no combate à criminalidade, nomeadamente através das equipas mistas de investigação, que são para alguns entrevistados a exibição do esforço feito entre FFSS para fortalecer a cooperação e partilha, nestas equipas a cooperação e partilha de informação é fundamental para os resultados obtidos. Não obstante esta cultura de complementaridade entre FFSS, a falta de competências criminais por parte dos SI, principalmente no âmbito das escutas continua a ser um sério obstáculo, a resultados ainda mais eficientes.

4.2.3. Análise à questão nº3

No seguinte quadro 4, é apresentada a argumentação dos entrevistados à Questão nº3 - "**Considera que a Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC), vem ao encontro da necessidade de criação de um mecanismo de partilha de informações?**"

Quadro 4 - Análise à questão nº 3

Respostas	Argumentação
E1	<p>- " A PIIC é uma ferramenta crucial e fundamental para a partilha de informações, sendo imperioso que as FFSS utilizem esta plataforma de forma a promover uma partilha mais rápida e eficaz."</p> <p>- "Esta plataforma contém toda a informação base, dos diversos sistemas das FFSS, disponível para todos, e permite também a troca de informação mais sensível, consoante diferentes níveis de permissão."</p>
E2	<p>- " A PIIC é um passo fundamental para uma cultura de partilha de informações, é um anseio de há muito tempo, de todas as FFSS."</p> <p>- " (...) por os sistemas das diferentes forças e serviços a comunicar entre si, isto sendo a opção mais desejável até para contornar eventuais limitações legais que poderiam surgir face à existência de uma só base de dados para as três FFSS."</p> <p>- " A PIIC é, (...) uma “ferramenta” com a qual todas as FFSS poderão vir a ganhar."</p>
E3	<p>- " A Lei estabelece que a cooperação entre FFSS, se faz através da PIIC. A PIIC tem, de facto, esta capacidade, não tanto de coordenar, mas de por as forças a cooperar."</p> <p>- " A PIIC vai ser, efetivamente, um espaço de confluência daquilo que as forças têm, numa perspetiva de partilhar, tentando a otimizar o resultado."</p>
E4	<p>- " (...) é sem dúvida um passo importante nesta área, no entanto teremos de esperar para perceber o real benefício da mesma (...)"</p> <p>- " (...) recordando que a mesma mais não é que uma ponte de ligação aos diversos sistemas das Forças e Serviços de Segurança, , teremos de perceber qual a abertura de cada um destes sistemas à plataforma, uma vez que existe uma tendência, mesmo que residual, entre as FFSS, para preservar alguma informação relevante."</p>

Esta questão tem como objetivo, saber se os entrevistados consideram a PIIC como uma ferramenta de extrema utilidade no que toca à partilha de Informações, e se esta é adequada como mecanismo de partilha de Informações.

O E1 vê a PIIC, como uma plataforma que é crucial para a cultura de partilha de informações entre FFSS. Apesar de a sua implementação não estar a 100%, e de as bases de dados das diferentes FFSS não serem complementares entre si, já é possível aceder a

determinadas informações base. O acesso a informações mais sensíveis, estará pendente do nível do utilizador e da autorização da Força ou Serviço, à qual é requisitado a informação.

O E2 afirma que a PIIC é um passo fundamental para potenciar a partilha de informações entre FFSS, que vai permitir ter os vários sistemas das várias forças ligado entre si, de forma a contornar algumas barreiras legais. Sendo esta plataforma uma mais-valia para toda e qualquer FFSS.

O E3 declara que a Lei estabelece que a cooperação se realize através desta plataforma, e que esta última tem uma enorme capacidade de colocar as FFSS a cooperar. Em jeito de conclusão, afirma que a PIIC vai ser um espaço de confluência e otimização da cooperação entre FFSS.

O E4 afirma a criação da PIIC, é um passo enorme na área da cooperação entre forças, e que esta plataforma mais não é que uma ponte entre os diversos sistemas, tentando terminar com a preservação que algumas forças fazem da Informação que possuem.

Nesta questão todos os entrevistados, responderam de forma unânime, que a PIIC é de facto, uma ferramenta crucial e fundamental para a partilha de Informações entre as FFSS, significando um enorme passo na área da cooperação entre forças. Todos afirmam que esta plataforma ao "construir" uma ponte entre os sistemas das diferentes FFSS, vai permitir terminar com a preservação de informação que algumas forças e serviços fazem, transformando esta plataforma num espaço de confluência e mais-valia entre para todas as FFSS. Contudo, esta plataforma apresenta um sério *handicap*, a sua atual incapacidade de estar a funcionar a 100%, e a diferença entre as bases de dados das diferentes FFSS, o que pode constituir um obstáculo à sua rápida implementação.

4.2.4. Análise à questão nº4

No seguinte quadro 5, são apresentadas as respostas dos entrevistados à Questão nº4 - "**Para além desta plataforma, que mecanismos, considera importante serem criados, de forma a tornar esta cooperação mais eficaz?**"

Quadro 5 - Análise à questão nº 4

Respostas	Argumentação
E1	<ul style="list-style-type: none"> - " A criação de um sistema de georreferenciação dos meios de cada FFSS, disponível a todas as FFSS." - " O modelo das salas de situação ser comum a todas as FFSS, de forma a garantir uma melhor coordenação entre as diferentes FFSS." - "Esta plataforma de georreferenciação, possibilitaria uma melhor resposta e capacidade de prevenção por parte das FFSS."
E2	<ul style="list-style-type: none"> - " Mais do que a questão dos mecanismos, a este nível o que é fundamental é a confiança mútua e o profissionalismo." - " (...) considero ser no campo mais informal, no qual as relações pessoais são fundamentais, onde se materializam efetivamente a verdadeira e genuína partilha de informações." - " (...) é fundamental haver uma boa ligação, a nível das estruturas máximas do SIRP e do SSI e, a partir daí, alcançar-se a agilização das ligações." - " (...) cada Força de Segurança está inserida em grupos de trabalho que existem em permanência e, conseqüentemente, têm as suas reuniões ordinárias, ou são criados quando tal se revele necessário (...)é, no meu entender, a melhor solução."
E3	<ul style="list-style-type: none"> - " (...) SGSSI que funciona como pedra angular daquilo que se perspetiva a nível da cooperação, neste caso da cooperação formal." - "(...) as equipas mistas que são constituídas,(...) são o desejo de um fruto de cooperação para determinados fenómenos, são portanto a exteriorização da cooperação." - " Não acho que haja a necessidade de criar mais mecanismos, uma vez que, corremos o sério risco de pulverizar de tal forma, que os próprios mecanismos de coordenação entram em descoordenação."
E4	<ul style="list-style-type: none"> - " (...) antes de se pensar na criação de novos mecanismos deveríamos aferir se aqueles que estão atualmente previstos, e nos quais o SSI tem papel fundamental, são eficazes." - " (...) muitas vezes a informação mais importante não se encontra em sistemas interoperativos (...)" - " (...)a partilha de informação devidamente coordenada pelo SSI, através dos mecanismos previstos na Lei de Segurança Interna, é fundamental."

Nesta questão pretendemos saber, se os entrevistados achavam criação da PIIC suficiente, como mecanismo de partilha de Informação, ou se, na sua opinião, são necessários outros mecanismos de forma a criar uma cooperação mais eficaz.

O E1 propõe a criação de uma plataforma, que possibilite a georreferenciação de todos os meios das FFSS, e que esteja disponível a todas as forças e serviços. Com esta plataforma, e um modelo de sala de situação igual para todas as FFSS, é promovida uma melhor capacidade de prevenção e resposta aos fenómenos criminais, uma melhor coordenação entre forças, tendo como limitação o custo e a capacidade de georreferenciar todos os meios (apeados, auto, etc).

Para o E2, a confiança mútua e o profissionalismo são essências para a criação de uma boa relação entre instituições. São estas relações, que a um nível mais informal e pessoal, podem fomentar a genuína partilha de informações. A nível formal, esta partilha e cooperação deve-se dar através das boas ligações que se deve estabelecer entre as estruturas máximas do SSI e SIRP, de forma a alcançar a agilização destas últimas. Para este entrevistado a melhor solução, passa pelos grupos de trabalho, que existem em permanência, pela criação destes e as reuniões ordinárias entre FFSS.

O E3 aborda esta questão, referindo que é o SGSSI a pedra angular da cooperação entre FFSS. Aborda, também, a questão das equipas mistas, e de como estas são o desejo das instituições em fomentar a cooperação, entre si. Refere, também que não acha necessário criar mais mecanismos de cooperação, pois estes caem no risco de se pulverizar, entrando em descoordenação.

O E4, responde a esta questão dizendo que antes de se avançar para a criação de novos mecanismos, devemos avaliar se os que estão criados, funcionam eficazmente. Afirma que muita da informação mais valiosa, normalmente, não se encontra nos sistemas interoperativos, ou seja, através das ligações informais, consegue-se obter melhor tipo de Informação. Se o SSI coordenar de maneira eficaz, partilha de informação entre FFSS, através dos seus mecanismos previstos na LSI, esta coordenação torna-se fundamental.

Em relação a esta questão, a resposta dos entrevistados difere em diversos pontos. Um dos entrevistados refere que apesar do PIIC ser uma mais-valia, a criação de uma plataforma que possibilite a georreferenciação de todos os meios disponíveis das FFSS, e permita a todas as FFSS terem acesso a essa informação, seria visto como uma forte medida de coordenação e resposta a diferentes situações por parte das FFSS envolvidas. Infelizmente este mecanismo, apesar de ser uma boa ideia, teria como desvantagens os enormes custos para coloca-lo em prática, uma vez que seria necessário a existência de salas de situações comuns a todas as FFSS, e meios que pudessem ser georreferenciáveis, disponíveis para todos os meios humanos e viaturas. Outros entrevistados referem que a confiança mútua, profissionalismo nas relações informais entre as instituições, são a forma mais válida de fomentar a partilha de Informações, uma vez que grande parte da Informação valiosa não está disponível nos sistemas

interoperativos. Não devemos desconsiderar a importância que o SGSSI tem na cooperação entre FFSS, fomentando a mesma, e que a criação de diversos mecanismos de cooperação pode sobrecarregar esta área, provocando a descoordenação.

4.2.5. Análise à questão nº5

No seguinte quadro 6, são apresentadas as respostas dos entrevistados à Questão nº5 - **"Considera a estrutura de Informações da GNR/SIS adequada à realidade das Informações em Portugal?"**

Quadro 6 - Análise à questão nº 5

Respostas	Argumentação
E1	<ul style="list-style-type: none"> - " Não estando o suficientemente, informado acerca da estrutura de Informações da GNR, a realidade criminal tem vindo a diminuir, portanto posso deduzir que esta estrutura funciona de forma eficaz." - " A estrutura do SIS, estando mais familiarizado, funciona de forma eficiente." - "Tendo em conta a realidade criminal portuguesa, a estrutura de Informações de ambas as FFSS tem tido uma eficácia maior, devido principalmente à partilha de Informações crucias para a prevenção, investigação e repressão de crimes."
E2	<ul style="list-style-type: none"> - " Atualmente a estrutura de Informações da GNR é extremamente, desajustada às necessidades. (...) quer a nível central, quer territorial (...)" - " (...)o SIIOP não se encontra implementado na globalidade do território Nacional e,(...) muitas vezes ainda não consegue responder às necessidades do dispositivo." - " (...) necessidade de uma maior partilha de informações interna da Guarda revela-se bem mais complexa, circunstância que obriga a um maior empenho por parte da Direção de Informações."
E3	<ul style="list-style-type: none"> - " Sei que há um contato muito próximo da DI com o SIS, não só na partilha de Informações, como também em alguns pedidos de pesquisa de informação."
E4	<ul style="list-style-type: none"> - "No que ao SIS diz respeito, (...) penso que se deveria partir para a

	<p>integração deste com o SIED, (...) a segurança perdeu a designada “fronteira” entre aquilo que se pode constituir como segurança interna ou externa, fruto essencialmente da mutação constante das ameaças."</p> <p>- "(...) ao nível de Comandos Territoriais a área das Informações encontra-se fundida com as Operações, Treino e Relações Públicas, o que na minha opinião é uma desvalorização clara daquela que deveria ser o eixo central do planeamento policial (...)"</p> <p>- "(...)o que é fundamental e basilar é a promoção de uma cultura de informações transversal à organização (...)"</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Com esta questão, queremos saber se os entrevistados, consideram a estrutura de Informações da GNR e do SIS, adequada à realidade nacional das Informações e que seja eficaz na prossecução das suas missões. É importante referir, que alguns entrevistados fruto do cargos que ocupam, ou da instituição a que pertencem, não possuíam o *know how* suficiente para falar da estrutura da instituição à qual não pertencem.

E1 refere que não tem o conhecimento suficiente para dar uma opinião acerca da estrutura de Informações da GNR, mas que tendo em conta a realidade criminal atual, esta tem sido eficaz. Uma vez que, o mesmo já desempenhou funções no SIS, afirma que a estrutura desta instituição funciona de forma eficaz. Uma vez que a criminalidade portuguesa tem vindo a diminuir, o entrevistado afirma que parte desta diminuição deve-se a uma maior eficácia das FFSS neste campo, e a uma maior partilha de Informações cruciais de forma a contribuir para a prevenção, investigação e repressão da criminalidade.

O E2, de acordo com o cargo que ocupa (Diretor de Informações da GNR), afirma que a estrutura de Informações da GNR é completamente desajustada às suas necessidades, tanto a nível central, como a nível territorial. Um dos grandes fatores para este desajuste, é a deficiente implementação do SIIOP, pelo dispositivo da Guarda que inviabilizada a sua resposta às necessidades do dispositivo. O resultado desta falta de resposta, por parte da Guarda, a nível das Informações, tem como consequência um maior empenho por parte da Direção de Informações, e consequente demora na sua resposta.

Tendo o E3, funções relacionadas com a Investigação Criminal, o seu conhecimento da estrutura de Informações da GNR é algo superficial, mas afirma que existe um contato muito próximo entre o SIS e a Direção de Informações, a nível da partilha e de pedidos de pesquisa de Informação.

O E4 afirma que, devido à mutação das ameaças que as torna indistinguíveis se são de foro interno ou externo, deve-se criar um serviço de informações que resulte da fusão entre o SIS

e o SIED como forma de resposta a estas novas ameaças. A nível dos Comandos Territoriais da GNR, a área das Informações encontra-se num patamar, em que é desvalorizada. Sendo basilar e fundamental, a fomentação de uma cultura de Informações transversal a todas as FFSS.

É importante referir que fruto das funções desempenhadas pelos entrevistados, nem todos possuíam o conhecimento suficiente, para responderem se a estrutura de uma ou outra instituição se encontravam adequadas, uma vez que não tinham conhecimento para tal. Na resposta a esta questão, um dos entrevistados respondeu que tendo em conta os números da atividade criminal, estas estruturas funcionavam de forma eficaz, havendo um contato próximo entre o SIS e a DI da GNR, através de partilha e pedidos de pesquisa de Informação. Dois dos entrevistados, que desempenham funções na Guarda, afirmavam que a estrutura de Informações da GNR é atualmente completamente desajustada, uma vez que a implementação do SIIOP não é suficiente para dar resposta às necessidades de informação do dispositivo da Guarda, as inúmeras responsabilidades que os oficiais responsáveis pelas Informações a nível territorial têm, impossibilita-os de concentrarem os seus esforços na pesquisa e análise de Informação da sua ZA. Esta impossibilidade leva a que haja, um maior esforço por parte da DI, o que prejudica a eficácia da partilha de Informações na Guarda. Para os entrevistados, o importante é haver uma fomentação da cultura de partilha de Informações em todas as FFSS

Capítulo 5

Conclusões e Recomendações

5.1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo verificar se a cooperação entre a GNR e o SIS, é efetiva no desempenho operacional da GNR no combate à criminalidade.

Para tal foi explorado o conceito de Segurança Interna, sendo a Segurança Interna uma das funções essenciais a desempenhar pelo Estado, uma vez que está intrinsecamente ligada à sua sobrevivência e existência. De seguida foi caracterizado o SSI português e os órgãos que fazem parte da composição do SSI nacional e as competências do Secretário-Geral do SSI, visto por muitos como a pedra angular da cooperação entre FFSS.

Foram referidas as Forças de Segurança nacionais e, brevemente, caracterizadas cada uma delas. Apresentadas as suas estruturas orgânicas através do uso de organogramas. A seguir à caracterização das Forças de Segurança, foi explorado o conceito de riscos e ameaças à segurança interna, e de seguida descritas a criminalidade organizada e o terrorismo, como ameaças crescentes no contexto de segurança atual.

Foi apresentada de seguida a estrutura do SIRP e os SI que a constituem (SIS e SIED), tal como os seus principais órgãos de fiscalização e administrativos e as competências do seu Secretário-Geral. No final deste subcapítulo foram referidas algumas lacunas do SIS.

A parte do enquadramento teórico terminou com a apresentação e caracterização da estrutura de Informações da GNR.

Na segunda parte foi apresentada a metodologia e procedimentos, que foram usados na parte prática deste trabalho, nomeadamente a realização de entrevistas a profissionais na área das Informações e cooperação entre o SIS e a GNR.

A terceira parte do trabalho foi a apresentação, e análise dos resultados obtidos, através das entrevistas realizadas e a sua síntese em quadros, que estão presentes no trabalho.

Depois de realizada toda esta investigação para a realização deste trabalho, e extraídas as deduções constantes da parte teórica, torna-se crucial analisar e discutir os resultados

provenientes da parte prática do trabalho, de forma a validar as hipóteses levantadas na parte introdutória e dar resposta às perguntas de partida, bem como apresentar algumas reflexões finais, algumas limitações da investigação e futuras propostas de investigação.

5.2. Verificação das Hipóteses formuladas

Chegando ao final da investigação, é necessário proceder à verificação das hipóteses que foram inicialmente formuladas, a fim de se concluir a sua refutação ou validação.

No que diz respeito à primeira hipótese "*A atual cooperação entre SI e FS realiza-se de uma forma eficaz.*", esta hipótese foi verificada através da análise de conteúdo da questão nº1 das entrevistas, que consta no quadro 2. Todos os entrevistados verificaram esta hipótese, respondendo que a cooperação entre SI e FS tem sido eficaz. Alguns dos entrevistados realçaram principalmente as relações informais que se têm estabelecido entre as FFSS, como um passo importante no estabelecimento de relações de cooperação e partilha de Informações. Destacaram também, o reforço que a revisão da LSI veio dar à aproximação entre FFSS. E dois dos entrevistados referem que a cooperação efetuada nos órgãos institucionalizados, nomeadamente a nível do SSI, dá-se de forma ativa e eficiente.

A segunda hipótese levantada foi a de saber se "*Esta cooperação tem sido importante no combate à criminalidade.*", atendendo à análise de conteúdo da questão nº2 das entrevistas, que consta no quadro 3. Os entrevistados estão de acordo que esta cooperação tem sido basilar no combate à criminalidade, principalmente com a criação das equipas mistas de investigação para combater determinados fenómenos criminais, e afirmam que estas últimas são a forma das instituições demonstrarem o seu esforço de partilha e cooperação.

A terceira hipótese "*A plataforma de dados existente é suficiente, para assegurar a cooperação, entre FFSS, e partilha de informações.*", tendo em conta a análise à questão nº3 das entrevistas, que consta do quadro 4. Os entrevistados verificaram esta hipótese, afirmando que a PIIC é uma ferramenta crucial para a cooperação e partilha de informação entre as FFSS. A ponte que esta plataforma vai estabelecer entre as bases de dados das diferentes FFSS, vai ser um enorme passo na cooperação. Segundo alguns entrevistados esta plataforma, vai permitir acabar com a possibilidade de uma qualquer FFSS esconder informação das suas congéneres nacionais. Apesar de todas as vantagens que trás, os entrevistados sublinham a, atual, incapacidade de a PIIC estar a funcionar a 100%, afirmando este ser um sério obstáculo ao seu sucesso.

A quarta hipótese " *São necessários novos mecanismos, a fim de potenciar a cooperação.*", foi respondida através da análise à questão nº 4, que consta do quadro 5 do trabalho. Nesta questão, tendo em conta as respostas dadas nas entrevistas, pode-se afirmar que esta hipótese é refutada. Tendo em conta, que apenas um dos entrevistados referiu a necessidade de um mecanismo de georreferenciação de todos os meios disponíveis das FFSS, acessível por todas estas através desta "nova" plataforma, que potenciará a cooperação e coordenação das forças a um nível operacional. No entanto o mesmo entrevistado, que propôs este mecanismo, admite que o mesmo despenderia muitos recursos económicos para a sua aquisição e implementação. Os restantes entrevistados referiram que a confiança mútua, o profissionalismo, as relações informais estabelecidas e as relações institucionalizadas, são os meios mais eficazes de fomentar uma cultura de partilha de informações e a cooperação entre FFSS, e que a criação de novos mecanismos de cooperação, iria provocar uma pulverização destes últimos o que levaria, segundo os entrevistados a uma maior descoordenação entre as FFSS. Alguns também sublinharam, a importância que o SGSSI tem no desenvolvimento e cumprimento da cooperação entre FFSS.

5.3. Resposta às perguntas derivadas

Para além da pergunta de partida foram elaboradas algumas questões derivadas e às quais se passa a dar resposta.

A primeira questão derivada pretende-se determinar " **Existe partilha de Informações entre o SIS e a GNR?**", de forma a respondermos a esta questão devemos atender ao quadro 2 de análise das entrevistas. Esta partilha entre o SIS e a GNR, complementa-se, nomeadamente, através da pesquisa de informação por parte do SIS ou da GNR, sendo esta informação supletiva para ambas as instituições. A nível das estruturas superiores, a cooperação é assegurada pelos seus dirigentes, que tomam parte no SIRP e nas estruturas que fazem parte do SSI, tais como a UCAT e o GCS. Tendo o SGSSI, o objetivo de agilizar a coordenação e cooperação entre os diferentes organismos.

O SGSIRP, efetua semanalmente reuniões semanais, com representantes das FFSS e do SGSSI. Embora as estruturas de partilha de Informações, estejam criadas o funcionamento destas, depende da vontade das instituições, no sentido de empenharem-se no esforço de estabelecer relações de cooperação e partilha. Apesar de as "reservas" em partilhar informação, estejam a diminuir continua a faltar uma verdadeira e sincera cultura de partilha por parte de

todas as FFSS. O que se ficou a saber na realização deste trabalho, é que geralmente as relações informais estabelecidas entre membros das instituições, e a génese de equipas mistas, são fatores que promovem com sucesso esta partilha.

A segunda questão " **Quais as vantagens desta cooperação no combate à criminalidade?**", é respondida no capítulo da análise de resultados. A cooperação entre estas duas instituições, é de difícil avaliação, uma vez que os dados disponíveis não permitem verificar, quais as operações levadas a cabo com base na cooperação entre estas duas instituições. Apesar de se saber que existe cooperação e partilha entre estas duas instituições, uma vez que o SIS mantém elos de ligação com as suas congéneres estrangeiras, o que possibilita uma panóplia de informações acerca do *modus operandi*, organização e estruturas de determinados grupos criminosos. Não é possível de forma precisa, se esta cooperação tem sido preciosa para o combate à criminalidade.

No entanto, com os dados recolhidos através das entrevistas e a sua análise, permite-nos elencar que esta cooperação tem sido eficaz no combate, e seguindo os exemplos dados pelos entrevistados, o sucesso das equipas de investigação mistas (independentemente dos seus elementos constituintes) é a exibição de que esta cooperação tem sido eficiente para os resultados obtidos. As limitações legais a que o SIS está sujeito, continuam a ser sublinhadas como um sério obstáculo ao desempenho das suas funções, e consequentemente a cooperação entre o SIS e a GNR.

A questão seguinte " **Os mecanismos criados são eficientes em tornar a cooperação mais eficaz?**", pode-se afirmar face ao disposto nos quadros 4 e quadro 5, que os mecanismos existentes são considerados fundamentais para a cooperação entre FFSS. A criação, recente da PIIC, veio colmatar algumas falhas que existiam ao nível da partilha e cooperação entre FFSS, tendo em conta que as bases de dados das várias FFSS, tendo sido desenvolvidas em espaços temporais diferentes, apresentavam *interfaces*, que poderiam prejudicar a sua interoperabilidade. A criação da PIIC veio trazer uma mais-valia no que à cooperação diz respeito, apesar de ainda não estar implementada a 100% em todas as Forças e Serviços, é de referir que uma plataforma que promove a confluência de informação num só espaço, é de facto um enorme passo no aumento da eficácia da cooperação entre as instituições.

A última questão " **A estrutura de informações na GNR/SIS é adequada à realidade das Informações?**", é respondida através da análise à questão nº5, que consta o quadro 6 da análise de resultados. No que ao SIS diz respeito, através das entrevistas foi possível verificar que a estrutura desta instituição funciona de forma eficaz, e como tal é adequada à realidade atual. No que à GNR diz respeito, a sua estrutura de Informações está desajustada à realidade

atual da Guarda. Fatores como a deficiente implementação do SIIOP a nível territorial, a incapacidade de dar resposta às necessidades de Informações a nível territorial (fruto das inúmeras responsabilidades que um oficial da Informações de um Comando Territorial tem) e o excessivo empenho por parte da Direção de Informações da Guarda, leva a que a sua estrutura não tenha a capacidade orgânica nem os meios, para dar resposta a todas as solicitações efetuadas a esta direção.

5.4. Reflexões Finais

Primeiro tendo em conta, a "sofisticação" e organização do criminoso ou grupo criminoso atual, a permeabilidade das fronteiras nacionais, tanto terrestres como marítimas, o que sujeita o território nacional a uma panóplia de ameaças, que metem em risco o sentimento de segurança da sociedade. Mas não são apenas as ameaças que evoluem, no contexto atual é necessário as FFSS acompanharem a evolução destas ameaças, e trabalhar de forma a combatê-las eficazmente. A cooperação entre SI e FS, tem ao longo dos anos, sido pautada por uma certa desconfiança e sigilo entre instituições, que tem prejudicado o efetivo combate destas ameaças, e consequentemente criado obstáculos às FFSS no desempenho das suas funções.

Esta falta de cooperação entre FS e SI, é atualmente um "fantasma" do passado, o estreitamento de relações entre as FFSS possibilitou a criação de uma cultura de cooperação e partilha reforçada e com um objetivo em comum. Mas não muito longínquo vai o tempo, em que as FFSS quantificavam os seus feitos, nas primeiras páginas dos jornais, apesar de a cooperação e partilha estar bastante melhorada, continua a ser necessário limar algumas arestas.

Segundo, a cooperação entre a Guarda e o SIS, apesar de a sua eficácia ser de difícil quantificação, é prudente afirmar, que na conjuntura atual, esta cooperação tem contribuído para um eficaz combate à criminalidade. Mas os "louros" desta eficácia, não podem ser somente atribuídos à Guarda e ao SIS; uma eficiente reestruturação do SSI nacional, o desempenho eficiente do cargo do SGSSI na coordenação das FFSS e condução da segurança interna portuguesa; a maior abertura por parte das instituições; a implementação de plataformas que possibilitam e reforçam a partilha de Informações e cooperação entre FFSS; o esforço por parte das instituições em combaterem certos fenómenos criminais com base no esforço conjunto, partilha e cooperação mútua, de forma a passar alguns obstáculos legais; e, a construção de um sentimento de confiança mútua e profissionalismo através das relações informais entre os seus

membros; todos estes fatores, contribuem para um eficiente combate à criminalidade, e consequentemente uma maior eficácia operacional por parte da GNR, PSP ou outra FFSS.

Apesar de todas estas vantagens, a constante fomentação de uma cultura de informações de forma a fazer frente a um adversário comum é necessária para garantir o sucesso futuro.

5.5. Recomendações

A cooperação, entre a GNR e o SIS, é a base para a racionalização de meios humanos e materiais, num país que sofre de sérias limitações materiais e económicas como Portugal. Através de uma cooperação eficiente, evitar-se-á a duplicação de esforços, meios e competências, de encontro a um objetivo comum, esta duplicação torna as instituições menos eficientes no desempenho das suas funções. Apesar das melhorias, no que diz respeito à cooperação entre FFSS, esta realidade ainda se encontra presente, e dificulta a cooperação e partilha de informações no seio das FFSS. Tendo em conta, a criação da PIIC e o aumento do esforço conjunto entre instituições, é recomendável quebrar alguns obstáculos presentes no interior das FFSS, evitando a retenção de informação por parte de qualquer órgão responsável pela segurança interna. A troca de Informação não se faz apenas nas plataformas e fóruns existentes, e só como resposta reativa a determinado fenómeno, esta partilha deve também apostar na prevenção e parte, principalmente, das pessoas que fazem parte das instituições.

5.6. Limitações da Investigação

O tempo foi uma condicionante, constante, na realização deste trabalho. Uma investigação deste tipo carece de um enorme tratamento bibliográfico, e aplicação de certos métodos, os quais não foram ministrados ao longo destes 5 anos. A complexidade, a reserva inerente e a sensibilidade do mundo das Informações, constituíram um entrave na condução deste trabalho.

A nula experiência profissional do autor na área em questão, impediu uma abordagem mais prática a alguns conceitos e temas abordados no trabalho.

Tendo o trabalho o tema subordinado à cooperação entre a Guarda e o SIS, uma das grandes limitações deste trabalho, foi a indisponibilidade, de realização de uma entrevista a um membro do SIS, devido a limitações temporárias e de disponibilidade da referida instituição.

5.7. Investigações Futuras

A implementação recente da PIIC, como plataforma que visa potenciar a cooperação, merece um estudo mais aprofundado, quando esta estiver 100% operacionalizada, e após o decorrer de um determinado espaço temporal seria interessante verificar se esta plataforma realmente contribui de forma eficaz para a cooperação entre FFSS e, consequentemente, para a eficácia no combate à criminalidade.

Uma vez que, a cultura da partilha de Informações entre as FFSS têm vindo a melhorar, deveriam ser equacionadas outras possibilidades que permitam melhorar a cooperação entre estas.

O estudo da criação de uma plataforma, que permita a georreferenciação dos meios de todas as FFSS, de forma a permitir uma melhor coordenação e cooperação, é de facto uma proposta interessante, no entanto cara para o país neste momento.

Referências Bibliográficas

Livros, manuais e artigos

- Alves, A. C. (2011). *Contributos para uma SOCIOLOGIA DA POLÍCIA*. Lisboa: Revista da GNR
- Borges, J.V. (2008). *Portugal e as Novas Aplicações da Segurança e Defesa*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Cardoso, P. (2004). *As Informações em Portugal*. Lisboa: Gradiva/Instituto de Defesa Nacional
- Carvalho, J.S. (2006). Segurança Nacional e Informações. Lisboa: *Revista Segurança e Defesa* n.º1
- Carvalho, J.S. (2009). Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas. Lisboa: *Revista Segurança e Defesa* n.º11
- Garcia, F.P. (2006). *As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Guedelha, M.J.M. (2013). Sistema de Segurança Interna Português. A reforma de 2008 - Forças e Fraquezas. Lisboa: *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*
- Miguel, N.G.C. (2009). *Globalização, crime organizado e terrorismo: que relação?*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Pinto, M.C. (2011). Portugal's Intelligence Evolution in the Post-9/11 World. s.l.: *International Journal of Intelligence and Counterintelligence*
- Portela, I. (2009). A segurança Interna e o combate ao terrorismo: o caso português. s.l.: *Revista Enfoques, Vol. VII, n.º11*
- Rodrigues, F. (2008). O Sistema de Segurança Interna. Lisboa: *Revista de Defesa Nacional*
- Vaz, Ana (2007). Segurança da Informação, Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais. Lisboa: *Revista Nação e Defesa, n.º117, 3ªSérie*

Metodologia científica

- Bell, J. (1997). *Como Realizar um Projecto de Investigação*. (2ªEd.). Lisboa: Gradiva

- Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. (3ª Ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Guerra, I.C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípia Editora, Lda.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (5ª Ed.). Lisboa: Gradiva.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia prático sobre a metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada* (2ªEd.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Tese e outros trabalhos

- Fonseca, F.J.S. (2010). *A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA INTERNA EM Portugal, NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Fonseca, J.N. (2011). *O CONCEITO DE SEGURANÇA NACIONAL PERSPECTIVADO PARA 2030*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares
- Goucha, R.M.H. (2011). *O Sistema de Informações em Portugal*. Lisboa: Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa
- Inácio, C.I.C. (2010). *Políticas Públicas de Segurança - novo paradigma*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Moleirinho, P. (2007). *Da Polícia de Proximidade ao Policiamento orientado pelas Informações*. Lisboa: Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa
- Paulos, E. (2008). *Serviços de Informações Portugueses*. Lisboa: Academia Militar
- Veloso, R. (2007). *Informações e Segurança - O Sistema de Informações da República Portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa

Documentos da Internet

- Alves, J.B. (2013). Criminalidade Transnacional. Retirado: março, 13, 2013, de <http://database.jornaldefesa.pt/ameacas/assimetricas/JDRI%20016%20060113%20criminalidade%20transnacional.pdf>

- American Psychological Association* (2010). *Publication Manual*. Retirado: setembro, 6, 2012, de http://www.eras.utad.pt/docs/APA_MANUAL_6TH_EDITION_2010.pdf.
- Carvalho, J.S. (2007). *O Sistema Integrado de Segurança Interna (SISI) e a sua articulação com o Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP)*. Retirado: abril, 7, 2013, de <http://database.jornaldefesa.pt/ameacas/geral/O%20Sistema%20Integrado%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20SISI%20e%20a%20sua%20articula%C3%A7%C3%A3o%20com%20o%20Sistema%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20da%20Rep%C3%BAblica%20Portuguesa%20SIRP.pdf>
- Carvalho, J.S. (2007). *Os Serviços de Informações no mundo actual*. Retirado: maio, 8, 2013, de <http://database.jornaldefesa.pt/ameacas/geral/Os%20servi%C3%A7os%20de%20informa%C3%A7%C3%B5es%20no%20mundo%20actual.pdf>
- Carvalho, J.S. (2007). *Segurança: Visão Global. A perspetiva das Informações*. Retirado: maio, 21, 2013, de http://pt.altermedia.info/politica-nacional/seguranca-visao-global-a-perspectiva-das-informacoes1_598.html
- Fonseca, P. (2013). *PIIC aplaudida e criticada*. Retirado: abril, 17, 2013, de <http://www.computerworld.com.pt/2013/02/04/piic-aplaudida-e-criticada/>

Sites Institucionais

GNR:

<http://gnr.pt/default.asp>, acessado a 23 de fevereiro de 2013

SIRP:

<http://www.sirp.pt/cms/view/id/1>, acessado a 6 de março de 2013

<http://www.cfsirp.pt/>, acessado a 27 de abril de 2013

SIS:

<http://www.sis.pt/index-2.html>, acessado a 14 de abril de 2013

SIED:

<http://www.sied.pt/missaovv.html>, acessado a 12 de março de 2013

OSCE:

<http://www.osce.org/>, acessado a 18 de junho de 2013

Legislação e documentos institucionais

Academia Militar (2011). Norma de Execução Permanente n.º 520/DE, de 30 de junho de 2011.

Conselho de Ministros (2013). Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º225/85, de 4 de julho. *Diário da República*, 1ª Série, n.º151, 1813-1824. Ministério da Administração Interna

Lei n.º30/84, de 5 de setembro. *Diário da República*, I Série, n.º 206, 2734-2738. Assembleia da República.

Lei n.º37/2008, de 6 de agosto. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 151, 5281-5289. Assembleia da República.

Lei n.º4/2004, de 6 de novembro. *Diário da República*, 1ª Série A, n.º 261, 6598-6601. Assembleia da República.

Lei n.º49/2008, de 27 de agosto. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 165, 6038-6042. Assembleia da República.

Lei n.º53/2007, de 31 de agosto. *Diário da República*, I Série, n.º 168, 6065-6074. Assembleia da República.

Lei n.º53/2008, de 29 de agosto. *Diário da República*, I Série, n.º 167, 6135-6141. Assembleia da República.

Lei n.º63/2007, de 6 de novembro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 213, 8043-8051. Assembleia da República.

Lei n.º73/2009, de 12 de agosto. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 155, 5217-5220. Assembleia da República.

OSCOT (2008). Relatório Anual de Segurança. Lisboa: OSCOT

Resolução do Conselho de Ministros n.º12/88, de 14 de abril. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 87, 1439. Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º19/2013, de 21 de março. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 75, 1981-1995. Conselho de Ministros

Sistema de Segurança Interna (2012). Relatório Anual de Segurança Interna de 2012 (RASI 2012). Lisboa: Ministério de Administração Interna

Apêndices

Apêndice A - Carta de Apresentação

ACADEMIA MILITAR

Trabalho de Investigação Aplicada

CARTA DE APRESENTAÇÃO

No âmbito da realização do Trabalho de Investigação Aplicada, necessário para a conclusão do curso, com o tema " A Cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e outras Forças e Serviços de Segurança no combate à criminalidade", a minha pessoa, Aspirante de Infantaria Miguel Filipe Antunes Maurício da Costa, vem através desta carta solicitar a V.Exa. que me conceda esta entrevista.

Esta entrevista tem como finalidade recolher informação acerca da realidade atual da cooperação entre a GNR e o SIS e os seus efeitos no combate à criminalidade organizada. De forma a enriquecer este trabalho pretende-se realizar entrevistas a diferentes entidades relacionadas com as instituições, que são alvo do trabalho: SGSSI; Diretor do SIS; Diretor da Investigação Criminal (GNR); Diretor de Informações (GNR); e, Comandante da Unidade de Investigação Criminal do GIOE. Com estas entrevistas pretende-se abordar diversos pontos de vista, e recolher informação valiosa para a realização do trabalho.

Toda a informação obtida será alvo de, posterior, análise qualitativa. Solicita-se a V.Exa. que forneça alguns dados referentes à sua identificação.

Caso pretenda, terei todo o gosto em facultar a V.Exa. a transcrição da entrevista, bem como os resultados da análise qualitativa antes da realização do documento final.

Agradeço, antecipadamente, a sua valiosa contribuição, sublinhando que esta entrevista tem objetivos meramente académicos.

Com os melhores cumprimentos,

Miguel Filipe Antunes Maurício da Costa

Aspirante de Infantaria

Apêndice B - Guião de Entrevista

Guião de Entrevista

Caraterização do Entrevistado
Nome:
Cargo/Posto
Função atual:

Questões:

- 1. Qual considera ser o panorama atual das Informações em Portugal, no que respeita à cooperação entre SI (Serviços de Informações) e Forças de Segurança?**
- 2. Em que medida a cooperação entre FFSS tem sido importante no combate à criminalidade?**
- 3. Considera que a Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC), vem ao encontro da necessidade de criação de um mecanismo de partilha de informações?**
- 4. Para além desta plataforma, que mecanismos considera importante serem criados, de forma a tornar esta cooperação mais eficaz?**
- 5. Considera a estrutura de Informações da GNR/SIS adequada à realidade das Informações em Portugal?**

Apêndice C - Entrevista ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna

Guião de Entrevista

Caraterização do Entrevistado
Nome: Antero Luís
Cargo/Posto: Doutor
Função atual: Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna

Questões²⁸:

1. Qual considera ser o panorama atual das Informações em Portugal, no que respeita à cooperação entre SI (Serviços de Informações) e Forças de Segurança?

R: De forma global a cooperação tem-se dado de forma eficaz, entre todas as FFSS. Pelo menos, no que concerne aos órgãos institucionalizados, como o caso da UCAT, e no fórum do GCS, no que concerne à cooperação em órgãos institucionalizados. Se a cooperação, funciona melhor a um nível mais bilateral e informal, já não posso responder a essa questão, uma vez que não estou inserido nas estruturas de Informações de cada Força ou Serviço.

2. Em que medida a cooperação entre FFSS tem sido importante no combate à criminalidade?

R: Tendo em conta os últimos números relativos à criminalidade, posso dizer que esta cooperação tem sido crucial no seu combate. A criação e existência de equipas de investigação mistas, de forma a combater certos fenómenos criminais, demonstra um sério esforço de cooperação por parte das FFSS.

3. Considera que a Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC), vem ao encontro da necessidade de criação de um mecanismo de partilha de informações?

R: A PIIC tem sido uma ferramenta fundamental e crucial, na partilha de Informações entre FFSS, e assim que estiver implementada a 100%, será de facto uma plataforma importante como

²⁸ O entrevistado não permitiu a gravação da entrevista.

meio de partilha. Cabe às FFSS a sua correta utilização de forma a promoverem uma partilha mais rápida e eficaz. Apesar, desta plataforma possuir ligação com as bases de dados das FFSS, apenas a Informação base estará disponível, sendo que a Informação mais sensível, depende dos níveis de permissão e da autorização da força responsável pela informação.

4. Para além desta plataforma, que mecanismos considera importante serem criados, de forma a tornar esta cooperação mais eficaz?

R: Apesar de a PIIC, ser uma ferramenta potenciadora de partilha e cooperação entre FFSS. Continuo a defender a criação de uma plataforma de georreferenciação, capaz de georreferenciar todos os meios das FFSS em tempo real, e que essa informação esteja disponível a todas as FFSS. Isto claro, necessitaria de que todas as FFSS tivessem um modelo comum de sala de situação, de forma a garantir uma melhor coordenação. Esta plataforma possibilitaria uma melhor resposta e capacidade de prevenção por parte das FFSS. Claro que um sistema destes, implicaria enormes custos, não só na manutenção de servidores, como nos custos de equipamento de forma a equipar homens e veículos com aparelhos georreferenciáveis.

5. Considera a estrutura de Informações da GNR/SIS adequada à realidade das Informações em Portugal?

Estando mais familiarizado, com a estrutura do SIS, posso afirmar que esta como está organizada funciona de forma eficaz para dar resposta à sua missão. Não conhecendo, aprofundadamente a estrutura de Informações da GNR, mas como já referi, tendo em conta a realidade criminal, mesmo que diretamente possa não ser da intervenção da DI, posso deduzir que esta trabalha de forma eficiente. Portanto, só posso especular que, tendo por base os "números", as Informações de ambas as forças tem tido uma eficácia maior, o que eu contribui a partilha de informações que são cruciais para a prevenção, investigação e repressão da criminalidade.

Apêndice D - Entrevista ao Diretor de Informações da GNR

Guião de Entrevista

Caraterização do Entrevistado
Nome: Borges
Cargo/Posto: Coronel
Função atual: Diretor de Informações (GNR)

Questões:

1. Qual considera ser o panorama atual das Informações em Portugal, no que respeita à cooperação entre SI (Serviços de Informações) e Forças de Segurança?

R: A GNR e as outras Forças de Segurança, não fazem parte do SIRP. A GNR não está integrada, em termos formais, no SIRP mas colabora e coopera com o sistema, na medida, em que "ela" (GNR) é, não só, a fonte de muita informação que o SIS recebe, mas também é a destinatária de informação, por parte do SIS. Existem várias ligações, entre o SIS, SIRP e a GNR. Esta comunicação processa-se, em vários níveis, quer a um nível mais formal, quer de uma forma informal. De maneira formal através das mais variadas reuniões, nós temos para além da ligação ponto-a-ponto entre a Guarda e o SIS, nomeadamente na comunicação entre as unidades do dispositivo da Guarda e os seus homólogos do SIS, em termos territoriais, não sendo esta a expressão mais correta. Há também reuniões, que extravasam a questão da bilateralidade, que tratam de fenómenos, como o crime organizado, o terrorismo e outros âmbitos onde o SIS está integrado. É também importante referir, que o SIS tem um representante no SSI, o qual participa nas reuniões que são alargadas às FFSS, como por exemplo a UCAT. Há aqui, uma colaboração e partilha de informação, entre o SIS e as FFSS. Muitas vezes, uma notícia é transmitida ao SIS, que depois de a trabalhar, de forma a apurar certos elementos, a transmite à GNR para esta tratar a fase processual, uma vez que essa mesma informação que o SIS veicula

não tem qualquer valor em termos legais. Basicamente é esta correlação entre dois sistemas, que parecem completamente separados (SIRP e SSI), mas que têm entre si pontos de ligação.

2. Em que medida a cooperação entre FFSS tem sido importante no combate à criminalidade?

R: É, extremamente, difícil avaliar se a cooperação é das facetas mais eficazes, no combate à criminalidade organizada. De facto, o SIS tem ligações com serviços homólogos estrangeiros, havendo uma panóplia de informação que é transmitida. A cooperação com a GNR tem sido boa sendo no entanto difícil avaliar se a mesma é, ou não, excelente, até porque quando esta forma de criminalidade se revela a mesma é, normalmente, passada à PJ, uma vez que é um crime da sua competência. No âmbito do crime organizado, a Guarda recebe informação do SIS, por exemplo no que às metodologias empregues por esses grupos organizados, ligações internacionais dos mesmos, caso existam, entre outros elementos de informação.

3. Considera que a Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC), vem ao encontro da necessidade de criação de um mecanismo de partilha de informações?

R: A PIIC é um passo fundamental para uma cultura de partilha de informações, é um anseio de há muito tempo, de todas as FFSS. Ao longo dos tempos houve sempre duas posições, uma que defendia a criação de um sistema único entre GNR, PSP e PJ, tendo sempre em atenção a questão das permissões do acesso à informação por parte dos mesmos. No que diz respeito à Guarda a informação encontra-se sedada no SIIOP, como é óbvio, tendo, caso fosse adoptada esta opção, de toda a informação que no mesmo se encontra ser migrada para o “registo central” comum, pelo menos, às mencionadas três FFSS. No entanto, avançou-se para uma solução mais correta, que é a de por os sistemas das diferentes forças e serviços a comunicar entre si, isto sendo tal a opção mais desejável até para contornar eventuais limitações legais que poderiam surgir face à existência de uma só base de dados para as três FFSS. É sempre importante saber se existe informação pertinente nas bases de dados das outras forças, independentemente de, depois, se ter permissão ou não para ir mais além, ou seja, de se ter acesso à restante informação que se encontra no processo/base de dados. A PIIC é algo que só peca por ser tardia, estando ainda numa fase algo embrionária, sendo uma “ferramenta” com a qual todos as FFSS poderão vir a ganhar.

4. Para além desta plataforma, que mecanismos considera importante serem criados, de forma a tornar esta cooperação mais eficaz?

R: Mais do que a questão dos mecanismos, a este nível o que é fundamental é a confiança mútua e o profissionalismo. Infelizmente, como sabemos, caso a ligação seja meramente institucional, os resultados não são frequentemente os esperados. Após estabelecidas as bases legais que “obrigam” à cooperação, é fundamental a criação de uma plataforma "automática de partilha da informação" (ex. PIIC) e, finalmente, o estabelecimento de relações cimentadas numa confiança quer pessoal, quer institucional, única forma de cimentar sinergias. Apesar de ser no campo formal que se encontra a informação “formal”, nas bases de dados das forças, considero ser no campo mais informal, no qual as relações pessoais são fundamentais, onde se materializam efetivamente a verdadeira e genuína partilha de informações. Caso tal não exista, bem se podem realizar reuniões e os grupos de trabalho sem que a verdadeira e valiosa informação seja disponibilizada. De forma a tornar-se mais eficaz, é fundamental haver uma boa ligação, a nível das estruturas máximas do SIRP e do SSI e, a partir daí, alcançar-se a agilização das ligações. É preciso haver uma partilha grande de informações, haver uma disponibilidade em termos de meios humanos para essa partilha se concretizar, e boa vontade de todas as partes. Digamos que não há nenhuma fórmula mágica, há países em que se optou nos vários níveis, em criar estruturas que funcionam com os elementos das várias FFSS, mas esta modalidade é algo oneroso em termos de recursos humanos e portanto tem os seus custos. Em Portugal foi adotada uma estrutura intermédia, sem ser as estruturas do SIRP e SSI, cada Força de Segurança está inserida em grupos de trabalho que existem em permanência e, conseqüentemente, têm as suas reuniões ordinárias, ou são criados quando tal se revele necessário. A formação destes grupos de trabalho para situações específicas ou a realização de reuniões ordinárias ou extraordinárias sempre que tal se revele necessário é, no meu entender, a melhor solução. No entanto, e como já mencionei, a cooperação vai depender da abertura de espírito e da vontade de cooperar das instituições e dos seus elementos.

5. Considera a estrutura de Informações da GNR/SIS adequada à realidade das Informações em Portugal?

R: Atualmente a estrutura de Informações da GNR é extremamente, desajustada às necessidades. Antes da última reestruturação a organização territorial da Guarda considerava o país dividido em 4 Brigadas Territoriais, cada uma dessas Brigadas com a sua própria estrutura de Informações, que tratavam da informação respeitante à criminalidade na sua Zona de Ação, só apoiando a estrutura central das Informações (a 2ª Repartição) da Guarda, em Lisboa, caso esta criminalidade entrasse, ou fosse previsível que tal acontecesse, na ZA de outras Brigadas. Assim, o grande volume de trabalho era realizado pela estrutura de Informações das Brigadas que

contava, sempre que tal era necessário, com a 2ª Repartição. Com a criação dos Comandos Territoriais, cada CTER deixou de ter individualizada a sua própria estrutura de informações, que acumula, agora, com as demais áreas de um Estado-Maior clássico. Por outro lado, uma vez que a Zona de Ação dos CTER é significativamente menor do que a das anteriores Brigadas (existem 18 CTER no território continental nacional), geralmente a criminalidade extravasa a área dos respetivos comandos. A esta realidade há ainda que referir que o SIIOP não se encontra implementado na globalidade do território Nacional e mesmo, onde se encontra implementado, muitas vezes ainda não consegue responder às necessidades do dispositivo. Assim sendo, a necessidade de uma maior partilha de informações interna da Guarda revela-se bem mais complexa, circunstância que obriga a um maior empenho por parte da Direção de Informações. Um dos pontos positivos foi, devido ao espetável maior empenho por parte da DI, esta estrutura registou um alargamento orgânico em termos de recursos humanos (circunstância que, de momento, em termos reais, que não orgânicos, já não se constata). O problema é que as antigas estruturas de Informações das Brigadas não foram replicadas nos atuais Comandos Territoriais. Outra limitação, como mencionado, são as inúmeras responsabilidades dos oficiais das SOITRP, que colocam, muitas vezes, a atividade de Informações para segundo plano. Hoje em dia a GNR tem uma estrutura de Informações que está completamente desajustada, quer a nível central, quer territorial, às reais e crescentes necessidades que o desafio da reestruturação verificada veio colocar a esta Força de Segurança.

Apêndice E - Entrevista ao Diretor da Investigação Criminal da GNR

Guião de Entrevista

Caraterização do Entrevistado
Nome: Rocha
Cargo/Posto: Coronel
Função atual: Diretor da Investigação Criminal (GNR)

Questões:

1. Qual considera ser o panorama atual das Informações em Portugal, no que respeita à cooperação entre SI (Serviços de Informações) e Forças de Segurança?

R: Isto tem sido uma área um bocado turbulenta, por força até de algumas reestruturações que têm acontecido, ultimamente, nesta matéria. De qualquer forma, na área da Investigação Criminal (IC), "nós" também efetuamos análise de Informação, Informação esta orientada e dirigida para a área da IC. De modo que, dentro da Informação, trabalhamos com uma área muito restrita da própria Informação. Portanto, na área da IC, a troca de informação nunca foi uma área de grande profícua, por uma razão muito simples, quando falamos de Informação Criminal, estamos em análise dos processos em concreto, embora também realizemos análise de fenómenos criminais, que são da área da Direção de Informações. Comos os processos, por norma estão em segredo de justiça, torna-se muito complicado estar a fazer partilha de Informações nesta matéria. O que, nos próximos tempos, potenciará a troca de Informações vai ser, o chamado PIIC, que está praticamente concluída e deverá entrar em funcionamento a partir de dia 15 de Julho. Esta plataforma possibilitará o acesso a um conjunto de base de dados de informação criminal. Uma das limitações é o facto de o SIS não poder trabalhar informação criminal. Por vezes, informação recolhida pelo SIS é de interesse supletivo para a área da informação criminal, mas de facto, na área da informação criminal a informação flui com alguma dificuldade, é objeto de grandes reservas, até por causa das limitações legais referidas anteriormente, a implementação da PIIC vem trazer uma revolução nesta matéria.

2. Em que medida a cooperação entre FFSS tem sido importante no combate à criminalidade?

R: As FFSS, à mercê das suas características territoriais, das valências que têm e das suas capacidades, têm um regime de complementaridade muito grande. Isto é, os fenómenos criminais atuam, não conhecem fronteiras, rapidamente atua transversalmente em áreas da responsabilidade de diferentes FFSS. A criminalidade é cada vez mais dispersa e dinâmica no seu desenvolvimento, portanto isto obriga forçosamente, a que as FFSS tenham de cooperar em termos preventivos, em termos de cooperação e tenham de cooperar em termos reativos. Atualmente, esta incapacidade que resulta das forças não possuírem todas as valências, nem estarem em todo o lado, só é suprível através da cooperação entre as forças. Cooperação implica partilha e, hoje em dia, o combate à criminalidade passa pela partilha e cooperação de Informação, sendo elementos basilares. A própria LSI e LOIC "batem", ambas, na questão da cooperação, de forma a fomentar sinergias.

3. Considera que a Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC), vem ao encontro da necessidade de criação de um mecanismo de partilha de informações?

R: Sim, indelevelmente. A Lei estabelece que a cooperação entre FFSS, se faz através da PIIC. A PIIC tem, de facto, esta capacidade, não tanto de coordenar, mas de por as forças a cooperar. A PIIC vai ser, efetivamente, um espaço de confluência daquilo que as forças têm, numa perspetiva de partilhar, tentando a otimizar o resultado. Antigamente, as forças trabalhavam numa perspetiva de "blindar" a informação que possuíam, sem qualquer vontade de a partilhar. Atualmente, é preferível correr o risco de uma, pequena, fuga de informação, mas essa fuga acaba por resultar em ganhos, esperando sempre que haja da parte dos outros a mesma postura. A partir do momento, que as forças têm esta postura, cria-se um problema de um maior fluxo de informação, sendo o seu tratamento mais difícil. A PIIC, como já referi, permitindo o acesso às várias base de dados de diferentes forças, permite de forma rápida e cómoda termos acesso a uma panóplia de Informação, permitindo uma maior filtragem desta última.

4. Para além desta plataforma, que mecanismos considera importante serem criados, de forma a tornar esta cooperação mais eficaz?

R: Hoje em dia, existem diversas instituições de cooperação, todas elas formalizadas, o SGSSI que funciona como pedra angular daquilo que se perspetiva a nível da cooperação, neste caso da cooperação formal. O SGSSI é, efetivamente, um ponto de cooperação. Tens instâncias de

cooperação institucionalizadas, por exemplo as equipas mistas que são constituídas, essas próprias equipas, são o desejo de um fruto de cooperação para determinados fenómenos, são portanto a exteriorização da cooperação. Tens o caso das USICCS, no âmbito da droga, que são elas também instâncias de cooperação. Um mecanismo "informal" que é o SICOP, que engloba a GNR, PSP e PJ, é informal pois resultou de uma vontade do Comandante-Geral e dos Diretores. E tem, de facto, uma ação efetiva, isto é, tem um fórum de discussão estratégica, mas também tem os pontos de contato operacional. Hoje em dia, tens uma formalização de instâncias de cooperação, que permitem que a cooperação e coordenação se realizem aos diversos patamares, e nalguns casos até, instâncias especializadas como por exemplo a UCAT. Não acho que haja a necessidade de criar mais mecanismos, uma vez que, corremos o sério risco de pulverizar de tal forma, que os próprios mecanismos de coordenação entram em descoordenação.

5. Considera a estrutura de Informações da GNR/SIS adequada à realidade das Informações em Portugal?

R: Aqui, devido à minha área, muito pouco de posso dizer acerca da estrutura de informações da GNR, apenas de conhecimento informal. Sei que há um contato muito próximo da DI com o SIS, não só na partilha de Informações, como também em alguns pedidos de pesquisa de informação. Quando a Guarda tem algum fenómeno, e pretende saber, pede ao SIS que lhe faça e complemente, também, a informação que nós temos, o mesmo acontece, com o SIS quando tem necessidade de informação pede à Guarda. Esta envia alguns elementos, que recolhe através do dispositivo. O mesmo acontece à informação que é trabalhada, através de relatórios de informação de parte a parte.

Apêndice F - Entrevista ao Chefe da SICCV

Guião de Entrevista

Caraterização do Entrevistado
Nome: Bruno Miguel Passos Baraças
Cargo/Posto: Capitão
Função atual: Chefe SIC-CV/GIOE/UI

Questões:

1. Qual considera ser o panorama atual das Informações em Portugal, no que respeita à cooperação entre SI (Serviços de Informações) e Forças de Segurança?

R.: No que concerne à cooperação entre Forças e Serviços de Segurança, penso que a última revisão da Lei de Segurança Interna terá reforçado a aproximação entre os diferentes atores da segurança interna, nomeadamente através do incremento da partilha de informações. No entanto, e fruto da evolução da criminalidade e das tecnologias de informação e comunicação, a dificuldade de processamento de dados e notícias respeitantes as possíveis ameaças à segurança interna, e sequente aferição entre aquilo que pode ser ou não considerada informação relevante, indica-nos que ainda temos um longo caminho a percorrer nesta matéria.

No que à Guarda diz respeito, penso que estamos a subaproveitar o manancial de informação dispersa pela nossa área de competência territorial, área essa que é superior a 90% do território nacional, o que por si só é indicador do potencial informacional desta organização. Este subaproveitamento, na minha opinião, deve-se essencialmente à ausência de uma verdadeira cultura de informações e por outro lado à ausência de um sistema de informação eficiente capaz de integrar, correlacionar e analisar tal quantidade de informação.

2. Em que medida a cooperação entre FFSS tem sido importante no combate à criminalidade?

R.: Penso que tem sido muito importante, nomeadamente nas situações mais complexas em que foram constituídas equipas mistas de investigação criminal para fazer face a determinados fenómenos criminais. Nos últimos anos tive a oportunidade de participar em duas dessas equipas, uma com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que teve como resultado o desmantelamento de uma célula de uma organização criminosa que se dedicava à prática de crimes como furto, tráfico de seres humanos e branqueamento de capitais, e outra com a Polícia de Segurança Pública no combate à criminalidade violenta, que resultou na detenção de um grupo organizado que se dedicava à imposição de segurança em estabelecimentos noturnos na área da grande Lisboa, e confesso que a cooperação e partilha de informação foi fundamental para a prossecução dos excelentes resultados obtidos.

3. Considera que a Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC), vem ao encontro da necessidade de criação de um mecanismo de partilha de informações?

R.: A criação da Plataforma para Intercâmbio de Informação Criminal, prevista no art.º 15º, n.º 3, da Lei 73/2009, é sem dúvida um passo importante nesta área, no entanto teremos de esperar para perceber o real benefício da mesma, pois, recordando que a mesma mais não é que uma ponte de ligação aos diversos sistemas das Forças e Serviços de Segurança, no que à investigação criminal diz respeito, teremos de perceber qual a abertura de cada um destes sistemas à plataforma, uma vez por vezes existe uma tendência, mesmo que residual, entre as FFSS, para preservar alguma informação relevante.

4. Para além desta plataforma, que mecanismos considera importante serem criados, de forma a tornar esta cooperação mais eficaz?

R.: Nessa matéria penso que antes de se pensar na criação de novos mecanismos deveríamos aferir se aqueles que estão atualmente previstos, e nos quais o SSI tem papel fundamental, são eficazes. A Plataforma será um passo importante, mas muitas vezes a informação mais importante não se encontra em sistemas interoperativos, e nesse patamar, a partilha de

informação devidamente coordenada pelo SSI, através dos mecanismos previstos na Lei de Segurança Interna, é fundamental.

5. Considera a estrutura de Informações da GNR/SIS adequada à realidade das Informações em Portugal?

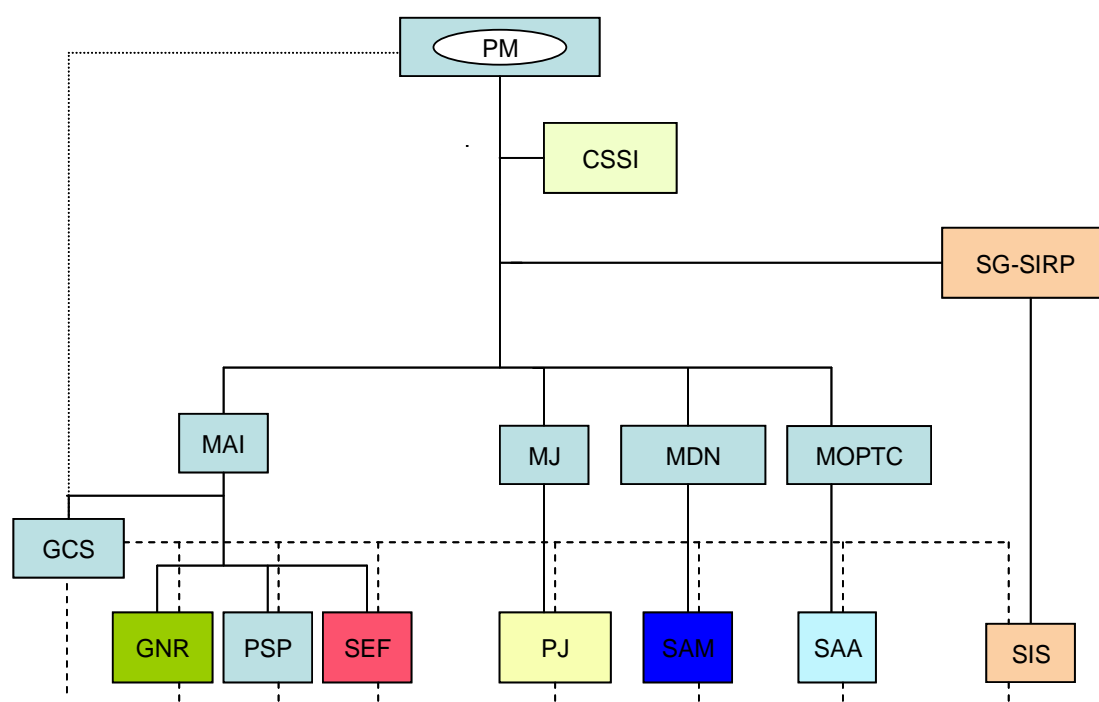
R.: No que ao SIS diz respeito, e tendo em consideração a realidade criminal atual, bem como outros fenómenos que possam afetar a segurança interna, penso que se deveria partir para a integração deste com o SIED, à semelhança do que tem acontecido em outros países, pois é de entendimento que a segurança perdeu a designada “fronteira” entre aquilo que se pode constituir como segurança interna ou externa, fruto essencialmente da mutação constante das ameaças.

Quanto à estrutura de informações da GNR, acho que a mesma deveria ser reequacionada, pois ao nível de Comandos Territoriais a área das Informações encontra-se fundida com as Operações, Treino e Relações Públicas, o que na minha opinião é uma desvalorização clara daquela que deveria ser o eixo central do planeamento policial, isto na senda da implementação transversal de um modelo de policiamento orientado pelas informações, que particularmente defendo.

No entanto, independentemente da estruturação das informações, o que é fundamental e basilar é a promoção de uma cultura de informações transversal à organização, para que todos os intervenientes tenham a clara noção da importância desta matéria.

Anexos

Anexo A - Organograma do Sistema de Segurança Interna



Fonte: Almeida, 2009

Anexo B - Competências de Coordenação do SGSSI

Artigo 16.º

Competências de coordenação

1 — No âmbito das suas competências de coordenação, o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna tem os poderes necessários à concertação de medidas, planos ou operações entre as diversas forças e serviços de segurança, à articulação entre estas e outros serviços ou entidades públicas ou privadas e à cooperação com os organismos congêneres internacionais ou estrangeiros, de acordo com o plano de coordenação, controlo e comando operacional das forças e dos serviços de segurança.

2 — Compete ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, no âmbito das suas competências de coordenação e através dos respectivos dirigentes máximos, a articulação das forças e dos serviços de segurança necessários a:

a) Coordenar a acção das forças e dos serviços de segurança, garantindo o cumprimento do plano de coordenação, controlo e comando operacional das forças e dos serviços de segurança aprovado pelo Governo;

b) Coordenar acções conjuntas de formação, aperfeiçoamento e treino das forças e dos serviços de segurança;

c) Reforçar a colaboração entre todas as forças e os serviços de segurança, garantindo o seu acesso às informações necessárias;

d) Desenvolver no território nacional os planos de acção e as estratégias do espaço europeu de liberdade, segurança e justiça que impliquem actuação articulada das forças e dos serviços de segurança.

3 — Compete ainda ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna:

a) Garantir a articulação das forças e dos serviços de segurança com o sistema prisional de forma a tornar mais eficaz a prevenção e a repressão da criminalidade;

b) Garantir a articulação entre as forças e os serviços de segurança e o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro;

c) Estabelecer com o Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa mecanismos adequados de cooperação institucional de modo a garantir a partilha de informações, com observância dos regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado, e o cumprimento do princípio da disponibilidade no intercâmbio de informações com as estruturas de segurança dos Estados membros da União Europeia;

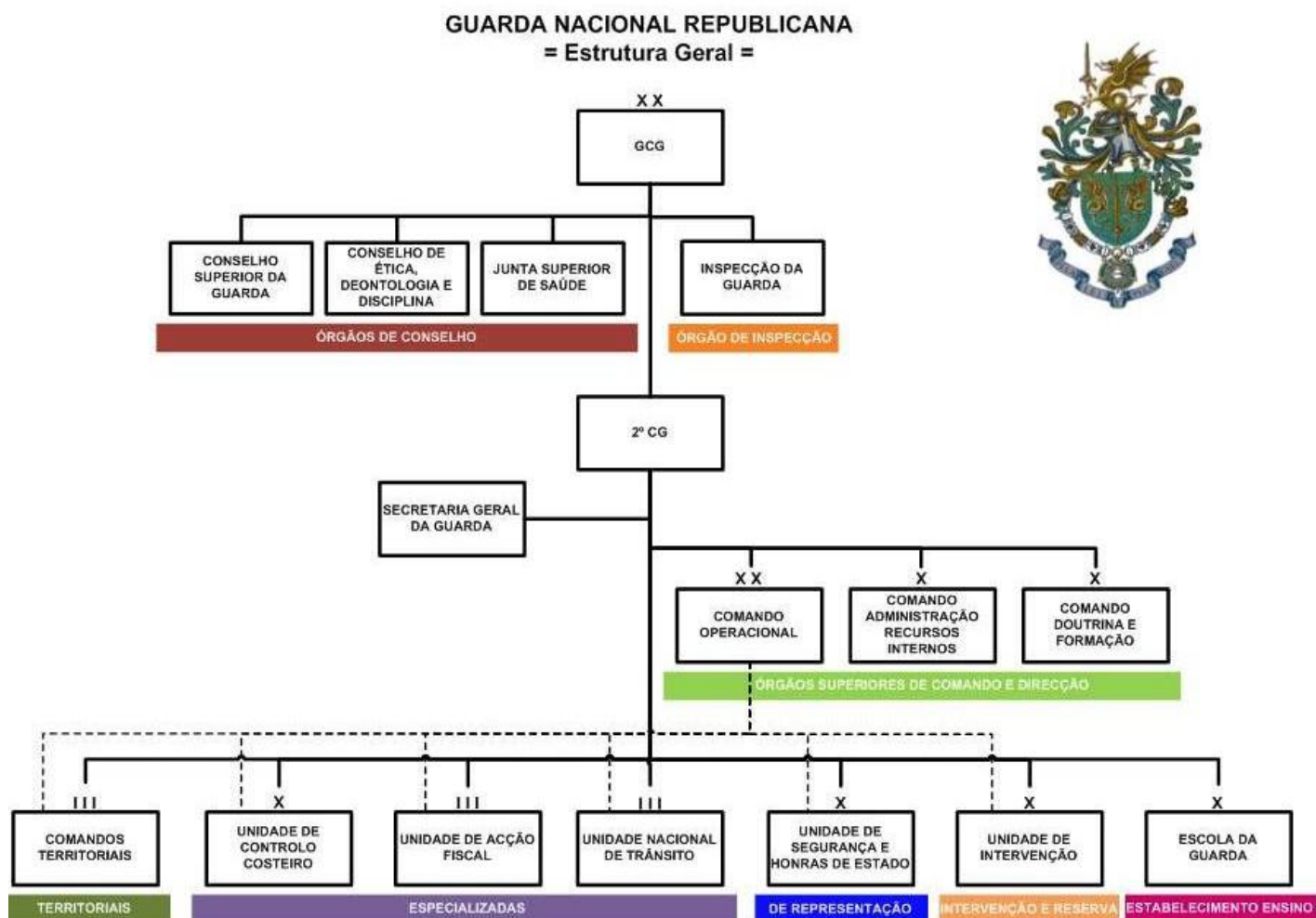
d) Garantir a coordenação entre as forças e os serviços de segurança e os serviços de emergência médica, segurança rodoviária e transporte e segurança ambiental, no âmbito da definição e execução de planos de segurança e gestão de crises;

e) Garantir a articulação entre o Sistema de Segurança Interna e o planeamento civil de emergência;

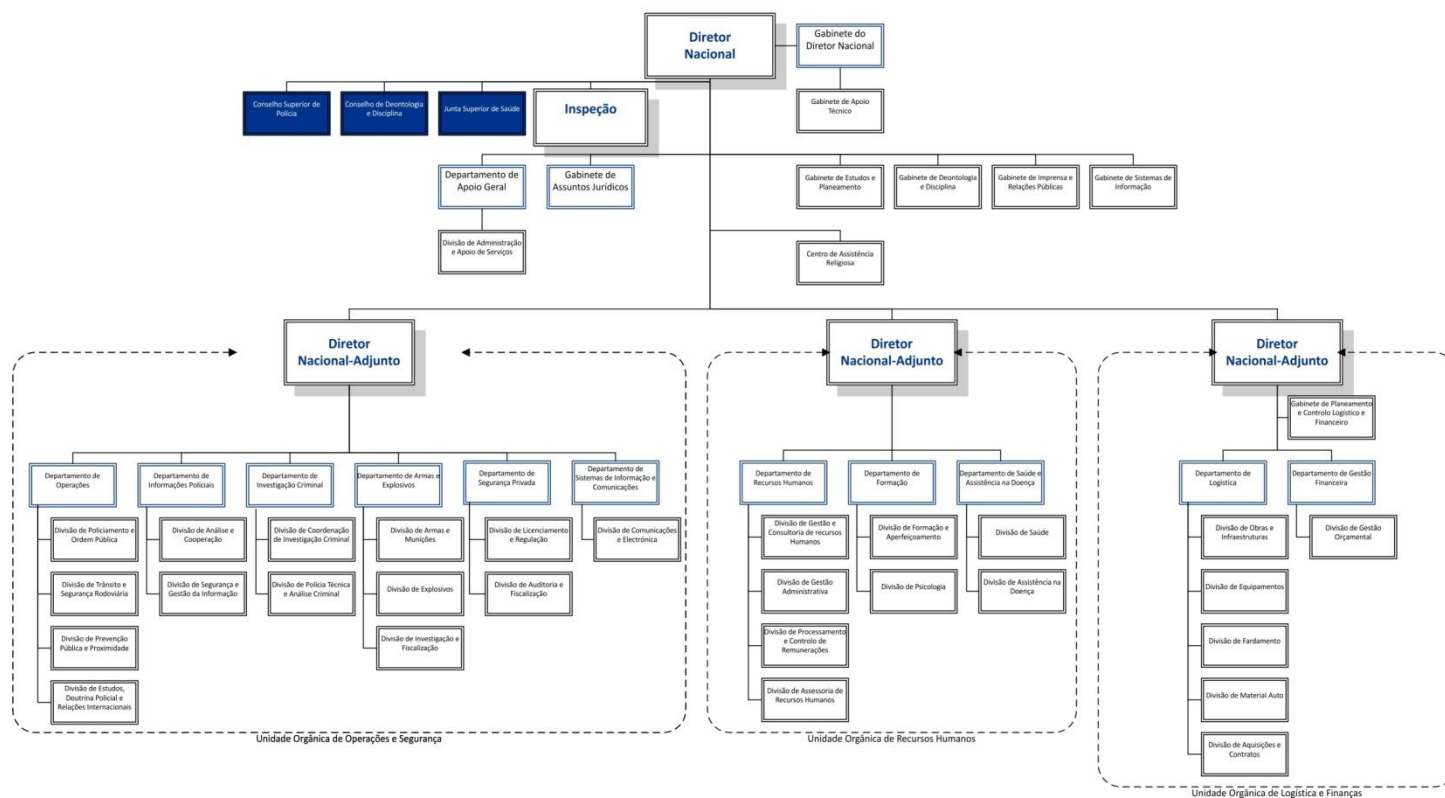
f) Articular as instituições nacionais com as de âmbito local, incluindo nomeadamente as polícias municipais e os conselhos municipais de segurança;

Fonte: Lei 53/2008, de 29 de agosto

Anexo C - Organograma da Guarda Nacional Republicana

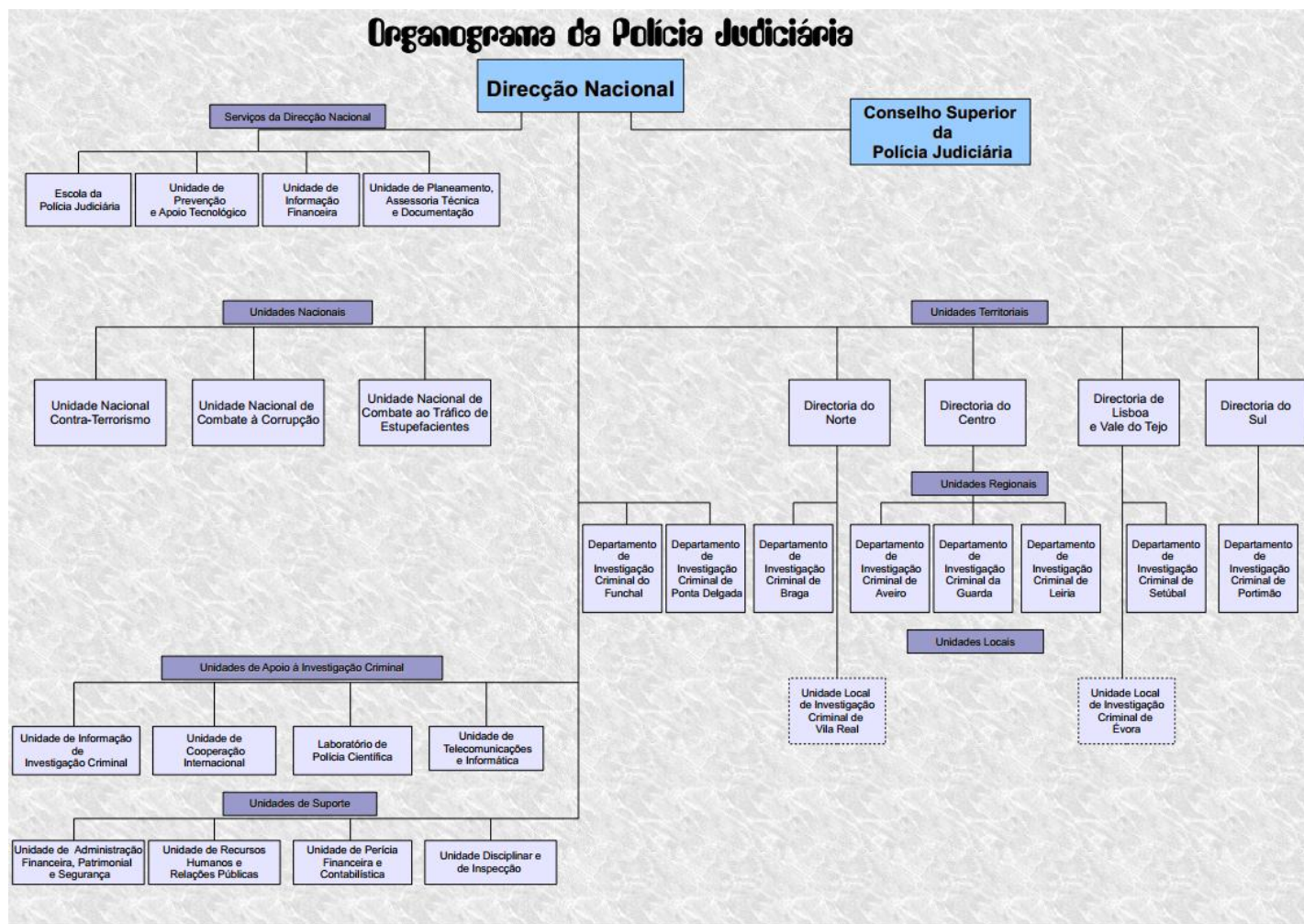


Anexo D - Organograma da Polícia de Segurança Pública

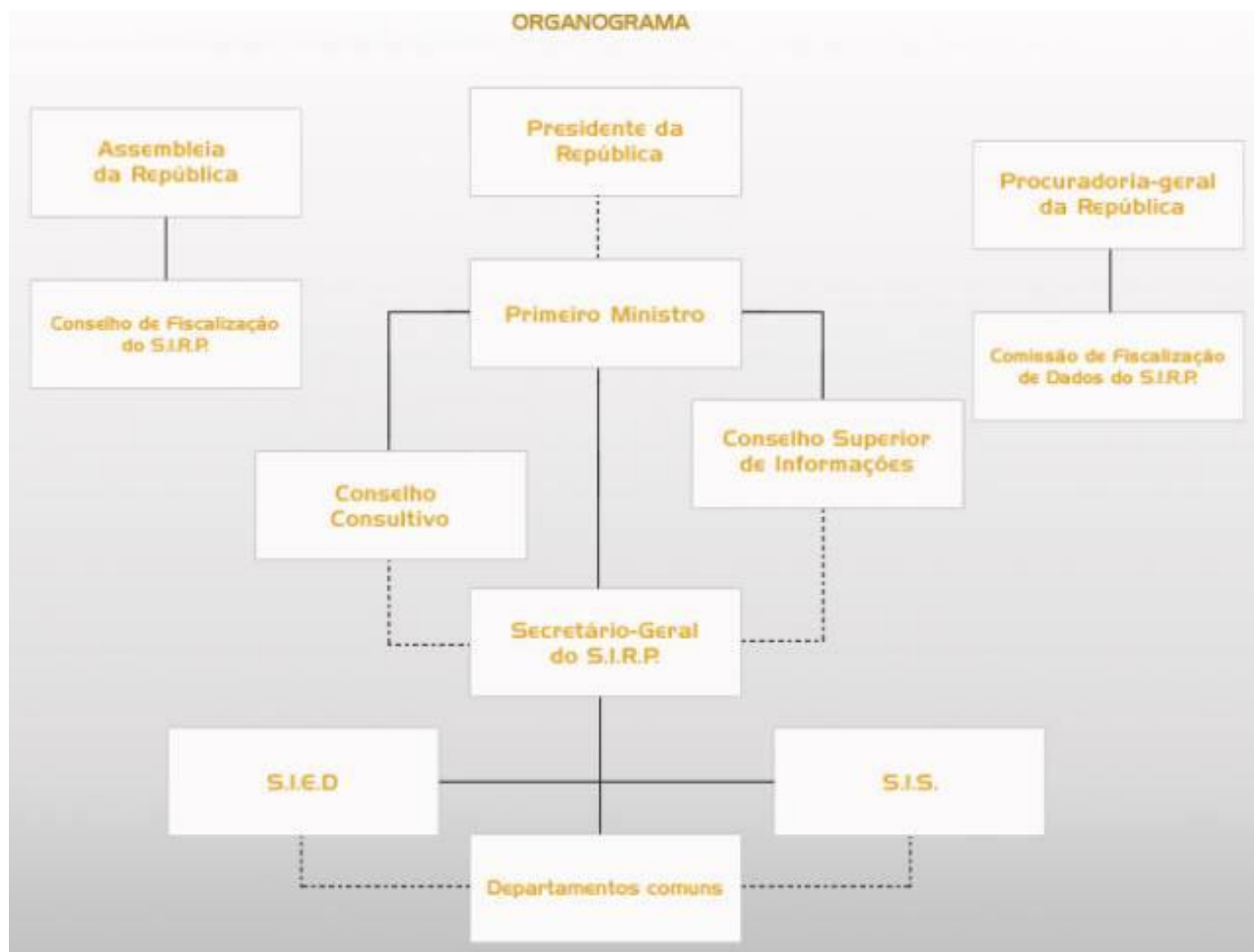


Fonte: www.psp.pt, retirado em 21, maio, 2013

Anexo E - Organograma da Polícia Judiciária



Anexo F - Organograma do SIRP



Anexo G - Organograma da Direção de Informações (GNR)

